

O Instituto Nacional de Surdos Mudos

Reportagem de ADALBERTO RIBEIRO



O edifício-sede do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, à rua das Laranjeiras n. 232

AGRADA-NOS ver em jornal ou revista estrangeira qualquer referência ao Brasil. Algumas vezes, ficamos desapontados com o registo de observações menos exatas sobre costumes e coisas nossas. Menos exatas e até extravagantes. Mas isso não tem importância. E nas "impressões de viagem" então é que se nota mesmo a bela contribuição da fantasia e do maravilhoso...

Pena é que o rádio, a imprensa, a aviação e também algumas de nossas instituições culturais estejam concorrendo para desmanchar um pouco a graça inocente dos reveladores das "originalidades" do país. E assim se vai diluindo com o tempo uma literatura realmente preciosa.

O professor Lourenço Filho, por exemplo, é o maior inimigo dos desbravadores do Brasil maravilhoso e lendário que surgem no estrangeiro, novos Savage Landor à caça de outros Thibets... O diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos criou ali uma secção de intercâmbio, de trabalho constante e permanente, que está prejudicando seriamente os Landorinhos modernos, pois faz enviar ao estrangeiro informações exatas e oportunas sobre a vida em geral do Brasil e, particularmente, sobre assuntos educacionais. E só isso basta para esclarecer numeroso público leitor que se deixava até há pouco empolgar por aquela literatura rica de savages...

Sente-se o resultado desse trabalho de divulgação através dos comentários feitos em artigos e, agora, até em reportagens publicadas em jornais e revistas norte-americanas sobre o Brasil. Hoje, grande é o número de professores e escolas dos Estados Unidos que recebem regularmente publicações de nossas instituições culturais.

Por outro lado, aos estrangeiros estudiosos que nos procuram já podemos oferecer programas de visitas e excursões bem mais interessantes que os de outros tempos. E, de regresso, esses visitantes, se por acaso dispõem de jornal ou revista em que possam fixar suas impressões, eles o fazem agora sem a intenção de maravilhar seus leitores.

NUMA REVISTA PARA SURDOS-MUDOS

Nos Estados Unidos há revistas especializadas para tudo e, naturalmente, contam com leitores também especializados e em número suficiente que lhes garantem a existência, pois que, se não fosse assim, elas não poderiam se aguentar, é claro...

Há dias folheávamos, por acaso, algumas dessas revistas incríveis e, entre elas, *The Volta Review*, que nos despertou interesse porque, na capa, em linha destacada, se lia isto "Founded in 1899 by Alexander Graham Bell". Em vez dessa publicação tratar de pilhas, eletricidade, etc., cuida da primeira à última linha de... surdos-mudos.

Logo de início, encontramos interessante reportagem sobre escolas para surdos na Palestina. Numa gravura, dois meninos a jogar xadrez e ambos em postura de gente grande, mergulhados em profundas elucubrações. E, assim, ficamos sabendo que em Jerusalém também se joga xadrez e há meninos surdos-mudos...

De Jerusalém, passamos sem esperar para o Rio de Janeiro. No alto da página, em título abrangendo duas colunas, lia-se isto: "The School for the Deaf at Rio de

Janeiro". Uma reportagem de Nellie V. McDonald e também ilustrada.

Numa gravura, um grupo de meninos surdos-mudos de nove a treze anos, mais ou menos, e todos atentos à objetiva fotográfica.

Noutra, flagrante de uma aula em que os alunos temem ajustado à cabeça um aparelho de escuta, ligado ao microfone de que se serve à distância o professor, um cavaleiro simpático e risonho, que a legenda esclarece ser o Dr. Silvado.

Pois bem, essa reportagem da revista norte-americana é sobre o nosso velho Instituto Nacional de Surdos Mudos!

Aí está uma prova bem expressiva de como as nossas instituições de ensino e de assistência social começam a ser conhecidas nos Estados Unidos, não só em livros de impressões de viagem, mas também em revistas editadas naquele país e lidas em todo o mundo, como essa *"Volta Review"*, fundada em 1899 pelo grande Bell.

Agora, francamente, não agrada mesmo ver páginas de papel *couché*, com boas fotografias e editadas em terras muito distantes, sobre qualquer coisa de nosso país?

A jornalista Nellie McDonald teve então oportunidade de descrever de forma simples e agradável o Instituto da rua das Laranjeiras, não podendo, entretanto, descer a minúcias, dado o espaço limitado que *The Volta Review* lhe reservou para a interessante reportagem.

Na *Revista do Serviço Públíco* podemos ser mais minuciosos que a Sra. Nellie McDonald o foi em *The Volta Review*, sem, é claro, aquele geitinho simples e agradável de dizer as coisas.

Vamos, portanto, começar pelo

HISTÓRICO DO INSTITUTO NACIONAL DE SURDOS MUDOS

Em 1855 chegou ao Rio de Janeiro um francês surdo-mudo, Mr. H. Huet.

Sua história não é muito diferente da do nosso patrício Alvares de Azevedo, jovem cego brasileiro, educado em Paris e que, ao regressar ao Rio de Janeiro em 1851, pensou em aqui fundar um instituto de ensino para seus companheiros de infortúnio. E isso tornou-se realidade em 1854, conforme contámos aos leitores da *Revista do Serviço Públíco* no seu número de agosto último.

Também o Sr. E. Huet, levado pelo mesmo sentimento de solidariedade humana, cogitou por sua vez de fundação de uma casa de ensino e abrigo para seus companheiros surdos-mudos e, por sinal, quase na mesma época, pois medeia entre a chegada de um e outro apenas o curto período de quatro anos.

O Sr. E. Huet trouxe uma carta do ministro da Instrução Pública da França, Sr. Droy de Lhys, ao cavaleiro de Saint George, ministro desse país junto ao Governo do Brasil.

Vale a pena transcrever aqui o que se lê sobre o Instituto Nacional de Surdos Mudos, na *Notícia Histórica dos Estabelecimentos dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores*, publicada por ordem do Dr. Amaro Cavalcanti em 1898.

Faremos o possível para não cansar o leitor, só publicando o que realmente nos parecer interessante.

OS PRIMEIROS PASSOS DE E. HUET

Da referida *Notícia Histórica* podemos transcrever o seguinte:

“O Sr. de Saint George apresentou E. Huet ao marquês de Abrantes, abonando-o como habil ex-professor e zeloso ex-diretor do Instituto de Bourges.

Por sua vez, o marquês de Abrantes apresentou Huet ao ex-Imperador, que o acolheu, benevolamente, prometendo auxiliá-lo na realização do seu intento.

A pedido do monarca, o marquês de Abrantes incumbiu ao Dr. Manoel Pacheco da Silva, então Reitor do Imperial Colégio de Pedro II, de facilitar a Huet os meios de abrir a sua escola.

Não se tendo, naquela época, idéia da possibilidade de educar surdos-mudos, e encontrando-se natural repugnância dos pais em entregar seus filhos a um estrangeiro desconhecido, não foi fácil obter discípulos para Huet.

Os esforços do marquês de Abrantes e do Dr. Pacheco da Silva conseguiram uma menina de 12 anos e um menino de 10 para alunos de Huet, e que o Colégio Vassimon, sito à rua Municipal n. 8, os recebesse, sendo Huet como hóspede e professor, e os meninos como alunos, mediante a pensão anual de 500\$000, para cada um, paga pelo bolsinho imperial.

No dia 1.º de janeiro de 1856, publicou Huet o seu programa de ensino, o qual compreendia: Língua Portuguesa, Aritmética, Geografia e História do Brasil, Escritação Mercantil, Linguagem Articulada e Leitura sobre os lábios (aos que tivessem aptidão) e Doutrina Cristã.

Pelo ex-Imperador foi incumbido o marquês de Abrantes de acompanhar os trabalhos de Huet; e desse encargo desempenhou-se o marquês por carta de 6 de abril, na qual deu conta ao ex-Imperador do modo por que Huet cumpria os seus deveres de mestre dos Surdos Mudos, assim como dos resultados já obtidos.

Cometeu, então, o ex-Imperador ao mesmo marquês de Abrantes a tarefa de formar uma comissão de cidadãos importantes, afim de promover a fundação de um instituto para a educação de surdos mudos.

Dessa nova incumbência desempenhou-se o marquês de Abrantes, formando uma comissão, composta dele, como presidente, dos marqueses de Olinda e Monte Alegre, do conselheiro de Estado Euzebio de Queiroz Coutinho Mattoso Câmara, do Dr. Manoel Pacheco da Silva, do prior do Convento do Carmo, do abade do Mosteiro de São Bento, e do padre Dr. Joaquim Fernandes Pinheiro, como secretário”.

RESOLVIDA A INSTALAÇÃO DO INSTITUTO
DE SURDOS MUDOS

Ainda da referida *Notícia Histórica*:

“No dia 3 de junho de 1856, no Paço do Senado, reuniu-se a comissão pela primeira vez, e deliberou: 1.º — promover a definitiva instalação do Instituto dos Surdos Mudos; 2.º — procurar um prédio para a sede do estabelecimento; 3.º — não remover os alunos que já existiam no Colégio Vassimon, antes do projetado casamento de Huet, ou, se isso demorasse, encontrar uma senhora que tomasse a si a guarda das alunas.

De conformidade com a primeira deliberação, dirigiu logo a comissão ao Corpo Legislativo e à Assembléia Provincial do Rio de Janeiro uma petição de auxílio pecuniário e subvenção, e, enquanto aguardava o resultado da mesma petição, promoveu benefícios nos Teatros e angariou donativos particulares.

Pelo parágrafo 10 do artigo 16 da lei 939, de 26 de setembro de 1857, foi consignada a quantia de 5:000\$0, e a pensão de 500\$0 para cada um dos 10 alunos que o Governo podia mandar admitir no Instituto e, pela lei provincial de 14 de novembro do mesmo ano, o presidente do Rio de Janeiro foi autorizado a pagar até 10 pensões de 500\$0 para cada aluno que mandasse ou destinasse ao Instituto.

Em virtude da segunda deliberação, foi arrendado um prédio da ladeira do Livramento pela quantia de 2:400\$0 anuais, paga pelos Conventos do Carmo e de São Bento.

Tendo Huet realizado o seu casamento, foram os alunos removidos do Colégio Vassimon para o prédio arrendado, e aí ficou o Instituto definitivamente instalado, em outubro, com 7 alunos, dos quais dois mantidos pelo Estado, dois pelo ex-Imperador, dois pelos conventos e um por sua família.

Passou, então, a vigorar, no Instituto, um regimento interno, organizado pelo marquês de Abrantes, de acordo com o diretor Huet, e aprovado pela supradita comissão.

Em dezembro de 1857, Huet apresentou em exame público, a que assistiu o ex-Imperador, os resultados dos seus trabalhos, com os quais ficaram entusiasmados todos os assistentes.

No ano seguinte, correram bem os trabalhos no Instituto, esforçando-se Huet não só por instruir os seus discípulos, mas ainda por habilitar auxiliares para o ensino, assim dos meninos, como das meninas”.

O CASAMENTO DE HUET COMPLICOU TUDO

Tudo correu regularmente até o dia do casamento de Huet, que, depois de tantos esforços expendidos na realização de sua grande obra de assistência social, achou naturalmente que poderia fazer essa coisa simples e encantadora, que lhe estava faltando no quadro da vida para completar a paisagem: o casamento. Pois foi o diabo!

Huet, o organizador, desorganizou-se por completo. Apesar de surdo-mudo vivia empenhado em vastas “discussões” “com a cara metade”. Esta — e nem podia ser de outra forma — na hora de gritar levava, por certo, formidável vantagem sobre o marido... Não era graça a Tirbutina do simpático professor surdo-mudo.

Não vamos descrever essa coisa feia aqui. Melhor é aproveitar o que se pode ler em seguida e que se acha entre aspas, extraído da valiosa *Notícia Histórica* mandada organizar pelo Dr. Amaro Cavalcanti.

“Em meados do ano de 1859, começaram as perturbações não só da economia e da disciplina, mas até da moralidade do estabelecimento: desinteligências, a princípio, e, depois, graves conflitos, entre Huet e sua esposa, destruiram todo o respeito e força moral, sendo inevitável a anarquia.

Procurando impedir a natural consequência do fechamento do Instituto, Huet tomou a resolução de enviar para a Europa sua esposa ficando em seu lugar uma senhora,

com aprovação da comissão, para guardar e dirigir as alunas.

A retirada da mulher de Huet não produziu o milagre de restabelecer a ordem e a moralidade no estabelecimento, cujos empregados e alunos tinham sido testemunhas, por longo tempo, de fatos desmoralizadores. Nestas condições, o marquês de Abrantes exonerou-se da presidência da comissão, a qual passou ao marquês de Olinda.

Entre este e Huet travou-se, então, uma verdadeira luta, que recrudescia sempre que o último era obrigado a submeter à aprovação do marquês as contas das despesas feitas em cada trimestre, afim de poder receber, trimestralmente, as subvenções votadas por lei geral e provincial.

No começo do ano de 1861, Huet reconheceu que não podia continuar na direção do Instituto, e propôs ao marquês de Olinda entregar o mesmo Instituto ao Governo pela quantia de 4:000\$0, com indenização do material, e a pensão de 600\$0 por ano, como prêmio, visto ter sido o fundador da primeira escola para o ensino de Surdos-Mudos, no Brasil.

O marquês de Olinda, prevendo que da retirada de Huet resultaria, inevitavelmente, a extinção do Instituto, pois que os dois únicos professores habilitados pelo mesmo Huet (os irmãos La Perã) não ofereciam condições de moralidade, encarregou o ministro do Brasil, em París, de contratar um brasileiro que ali se habilitasse para vir ensinar surdos-mudos e dirigir o Instituto do Rio de Janeiro, e, enquanto isso se não realizava, procurava entreter Huet na direção do ensino, opondo os obstáculos possíveis aos seus desmandos.

Logo que o marquês teve certeza de que estava contratado e se habilitando em París, o brasileiro que devia suceder a Huet, reatou com este as negociações iniciadas, terminando pelo contrato de 11 de dezembro de 1861, pelo qual Huet cedeu todos os seus direitos ao Governo, mediante a quantia de 2:744\$680".

HUET DEIXA O INSTITUTO

"Aos quinze do dito mês de dezembro de 1861, retirou-se Huet, deixando o Instituto com 17 alunos, sob a guarda de frei do Monte do Carmo, designado pelo marquês para ficar à testa do estabelecimento, até que chegassem o diretor contratado.

Frei João, não podendo conter os desmandos do pessoal que encontrara, abandonou o Instituto.

O marquês de Olinda obteve do diretor do Instituto dos Cegos, Dr. Cláudio Luiz da Costa, que se encarregasse de, por si ou por preposto seu, conservar o Instituto até a chegada do novo diretor.

O preposto do Dr. Cláudio, de nome Ernesto do Prado Seixas, teve a habilidade e a energia precisas para restabelecer a ordem e a disciplina do Instituto, que se achava reduzido a simples asilo de surdos-mudos e no mais lamentável estado material e moral".

O SUCESSOR DE HUET

"Em julho de 1862, chegou o Dr. Manoel de Magalhães Couto, diretor e professor contratado pelo marquês de Olinda, e habilitado no Instituto de París, para dirigir o do Rio de Janeiro.

Empossado o novo diretor, no dia 1.º de agosto, o marquês não mais se ocupou com o Instituto, que assim ficou exclusivamente entregue ao mesmo diretor.

Por sua vez, o Governo desviou sua atenção da marcha do estabelecimento, até que foi promulgado o decreto n. 4.046, de 19 de dezembro de 1868, dando regulamento provisório ao Instituto.

Para ensino foram adotadas as seguintes matérias, distribuídas em cinco anos de curso: Leitura — Escrita — Doutrina Cristã — Aritmética — Geografia, especialmente nacional — Geometria elementar e Desenho linear — Elementos de História — Português — Francês — Contabilidade.

Com a publicação do regulamento provisório, o marquês de Olinda deu por finda a sua tarefa, remetendo o arquivo do Instituto para a Secretaria de Estado dos Negócios do Império.

Não havendo ali informações precisas acerca do Instituto, resolveu o ministro do Império, Fernando Torres, mandar inspecioná-lo pelo Dr. Tobias Rabello Leite, chefe de secção da Secretaria de Estado".

O INSTITUTO ERA APENAS UM ASILO DE SURDOS MUDOS

Continua assim a *Notícia Histórica*:

"Pelo relatório deste funcionário, ficou o Governo sabendo que não existia Instituto, mas apenas uma casa para asilo de surdos-mudos.

Em consequência disso e de acordo com o regulamento provisório, foi o mesmo funcionário nomeado comissário do Governo junto ao Instituto, e incumbido, nesta qualidade, de organizar o regimento interno.

Apresentado este, foi aprovado por portaria de 26 de maio de 1868.

Por ato de 5 de agosto, o ministro Paulino José Soares de Souza suspendeu do exercício, o diretor Dr. Manoel de Magalhães Couto, e nomeou, para substituí-lo, interinamente, o Dr. Tobias Leite.

Essa interinidade prolongou-se até o ano de 1872, em que o Dr. Tobias foi nomeado diretor efetivo do Instituto.

Depois de vários melhoramentos, gradualmente introduzidos nos diversos ramos de serviços do estabelecimento, em consequência de propostas e representações do diretor Dr. Tobias Leite, foi este autorizado a apresentar ao Governo um projeto de regulamento empreendendo todas as medidas que a experiência julgasse conveniente e oportuno adotar.

Organizado esse projeto e submetido à aprovação do Governo, foi convertido no regulamento que baixou com o decreto n. 5.435, de 15 de outubro de 1873, e se acha ainda em vigor, com ligeiras modificações.

Alem da instrução ou ensino literário, foi estabelecido o ensino profissional, em oficinas que o Governo julgou conveniente fundar, sendo todos os alunos obrigados a aprender um ofício ou arte.

Separada a Igreja do Estado, suprimiu-se o cargo de capelão e professor de religião.

Ao regulamento de 15 de outubro seguiu-se o regimento interno, aprovado por aviso de 1.º de fevereiro de 1881, e que também se acha ainda em vigor.

São geralmente conhecidos e apreciados os relevantes serviços prestados pelo Dr. Tobias Leite, em prol do engrandecimento e prosperidade do estabelecimento confiado ao seu zelo e patriotismo.

Tendo falecido aquele benemérito cidadão, no dia 4 de agosto de 1896, assumiu, interinamente, a direção do estabelecimento o professor Dr. Joaquim Borges Carneiro, até 18 de fevereiro do ano seguinte, época em que tomou posse desse cargo o Dr. João Paulo de Carvalho, nomeado diretor efetivo por decreto de 15 do mesmo mês.

O novo diretor, ao colocar-se à testa do importante estabelecimento, cujos destinos lhe confiara o Governo, tratou, imediatamente, de providenciar de modo a ergê-lo ao nível das instituições congêneres da Europa e da América do Norte.

RESTABELECIMENTO DA CADEIRA DE LINGUAGEM ARTICULADA

Convencido de que todos os surdos-mudos podem adquirir a palavra articulada, com exceção apenas daqueles em que a surdo-mudez é sintomática de lesões cerebrais ou bululares que tenham comprometido a integridade da inteligência ou a dos centros motores encefálicos, o primeiro cuidado do diretor João Paulo de Carvalho foi restabelecer a cadeira de linguagem articulada e leitura sobre os lábios, a qual deixara de funcionar desde 1889.

Criada no ano de 1873, esteve esta cadeira constantemente vaga até 1883, por falta de um professor capaz de regê-la satisfatoriamente.

Tendo regressado da Europa o professor do Instituto, Dr. Joaquim José de Meneses Vieira, que ali fora, em comissão do Governo, estudar esse novo meio de ensino, por aviso de 9 de fevereiro do referido ano de 1883, foi o diretor autorizado a "ensaiar o ensino da linguagem articulada", que já então se achava adotado por quase todos os Institutos semelhantes do continente europeu.

Este ensaio durou sete anos, no fim dos quais, tendo o diretor ponderado ao Governo, em ofício de 14 de dezembro de 1889, "que os alunos que frequentavam a aula de linguagem articulada nenhuma instrução haviam adquirido, ao passo que os das classes de linguagem escrita haviam aprendido muitas noções e apresentado notável adiantamento" o Governo, por aviso de 26 de dezembro do mesmo ano, revogou o de 9 de fevereiro de 1883, e ordenou "que só fossem matriculados na aula de linguagem articulada os surdos-mudos que, a juízo do diretor e do professor respectivo, estivessem nas condições de receber com proveito o ensino da leitura sobre os lábios e de articulações, sem prejuízo da instrução pela linguagem escrita".

Em 11 de janeiro do ano seguinte (1890), obteve o Dr. Menezes Vieira a sua jubilação, ficando de novo vaga a cadeira de linguagem articulada.

Em 1895, tendo exercido, interinamente, por algum tempo, o lugar de diretor do Instituto, o professor Dr. Joaquim Borges Carneiro indicou ao Governo, em ofício de 8 de março, a necessidade de ser preenchida, definitivamente, a referida cadeira, na presunção de aparecerem "alunos aptos a receber o ensino pela leitura super-labial", de acordo com o disposto no aviso já referido, sendo de vantagem que a nomeação recasse no professor Cândido Jucá, que, como professor interino de linguagem escrita,

possuia as necessárias habilitações e era merecedor de animação.

Atendendo às justas ponderações do Dr. Borges Carneiro, o Governo nomeou o Sr. Cândido Jucá professor da cadeira de linguagem articulada, por decreto de 21 de março de 1895.

Nesse ano, tendo seguido para a Europa, no gozo de licença, o professor do Instituto, A. J. de Moura e Silva, que, desde 1884, vinha se dedicando com entranhado amor à educação especial e difícil dos surdos-mudos, lembrou-se o Governo de encarregá-lo de "estudar a debatida questão do ensino pela palavra articulada", permitindo-lhe a permanência na Europa até o mês de março de 1896.

Do muito que viu e estudou, o ilustre professor deu excelente conta no relatório que apresentou ao Governo, cujo título é o seguinte: "Surdos Mudos capazes de articular os meios práticos de lhes dar a palavra, e com ela o ensino".

Mas a doutrina do aviso de 26 de dezembro era um obstáculo continuamente oposto à efetiva função da nova cadeira, que continuou virtualmente suprimida até o mês de março de 1897, em que o atual diretor a restabeleceu, de acordo pleno com o corpo docente do estabelecimento.

Nenhum motivo ponderoso havia, com efeito, para que continuasse a prevalecer a imposição contida no citado aviso, que na atualidade não tem mais razão de ser".

Acrescenta a *Notícia Histórica* que o novo professor de linguagem articulada acabou confeccionando "um excelente programa que, aprovado pelo Governo, foi posto em prática com o mais extremoso zelo".

O PROFESSOR SAUL CARNEIRO PROSSEGUE NO HISTÓRICO DO ESTABELECIMENTO

Alem das notas acima, mandadas organizar pelo Dr. Amaro Cavalcanti, o professor Saul Borges Carneiro prosseguiu, aliás de forma bem interessante, no histórico do estabelecimento, conforme publicação feita no *Boletim do Ministério de Educação e Saúde Pública*, de janeiro a junho de 1931. Assim, pois, vamos nos servir de sua valiosa contribuição para mais alguns detalhes.

Com o decreto n. 3.964, de 23 de março de 1901, foi baixado novo regulamento para o Instituto, o qual manteve o mesmo plano de estudos estabelecido no regulamento de 1873. Por ele o ensino profissional foi também ampliado com a criação da oficina tipográfica, inaugurada no dia 4 de dezembro de 1901.

Por decreto de 26 de março de 1903, foi o Dr. João Paulo de Carvalho exonerado do cargo de diretor do Instituto, sendo nomeado para substituí-lo, por decreto de 26 do mesmo mês, o Dr. João Brasil Silvado.

Durante a administração do Dr. Brasil Silvado, verificou-se, plenamente, o resultado satisfatório do ensino da articulação e da leitura sobre os lábios, que começara a ser praticado na administração anterior.

Os alunos aos quais foi ministrado o ensino pelo método oral deixaram o Instituto, findo o curso, falando com clareza a língua vernácula. Dentre eles mais se distinguiram os de nome Laurindo Victor Paulino, Augusto Conceição, Oswaldo Rabelo e Salvador Carapitto.

Nessa ocasião foi iniciado o ensino da modelagem, pelo falecido professor Dr. Luiz Ribeiro.

Tendo sido exonerado do cargo de diretor, por decreto de 17 de outubro de 1907, o Dr. Brasil Silvado, foi nomeado para substituí-lo, por decreto da mesma data, o Dr. Custódio José Ferreira Martins, que tomou posse e entrou em exercício do referido cargo, aos 21 do mesmo mês.

O decreto n. 6.892, de 19 de março de 1908, deu novo regulamento ao Instituto.

Ainda nesse regulamento não sofre alterações essenciais o plano de ensino adotado no Instituto, desde 1873.

Trouxe, porém, o novo regulamento um grande melhoramento para o ensino, com a criação de mais uma cadeira de linguagem escrita.

De fato, sendo o curso de linguagem escrita feito em seis anos, e havendo somente dois professores dessa matéria, um para o 1.º ano e 2.º e o outro para o 3.º e 4.º, era evidente a necessidade de mais um professor para o 5.º ano e 6.º. Ademais, a criação dessa cadeira já havia sido pedida pelo Dr. Tobias Leite, desde 1879, nas seguintes palavras do relatório daquele ano: "Os meios de que carece este Instituto para apressar e aperfeiçoar a Instrução dos seus alunos, são por ora o provimento da cadeira do 5.º ano e 6.º..."

A par da criação dessa cadeira e de mais um lugar de escriturário e do aumento, para quarenta, do número de alunos internos gratuitos, o regulamento de 1908 trouxe a supressão da oficina tipográfica.

Por portaria de 18 de fevereiro de 1909, foi aprovado o regulamento interno do Instituto, no qual se pormenorizavam as diversas atribuições dos funcionários e se estabelecia normas para a execução de todos os serviços.

Pelo decreto n. 9.198, de 12 de dezembro de 1911, foi dado outro regulamento ao Instituto, o qual, remodelando inteiramente o plano de ensino até então seguido, estabeleceu, no seu artigo 9.º, que o *método oral puro* seria adotado no ensino de todas as disciplinas.

Em virtude dessa disposição, foram os três professores de linguagem escrita transferidos para as três novas cadeiras de linguagem articulada e leitura sobre os lábios. Com a cadeira de linguagem articulada, que já funcionava regularmente desde 1897, passou o número dessas cadeiras a ser de quatro.

No começo do ano letivo de 1912, organizaram os professores novos programas para o ensino da linguagem, os quais, depois de aprovados pelo ministro do Interior, foram postos em execução.

CONSTRUÇÃO DO NOVO EDIFÍCIO PARA SEDE DO INSTITUTO

Alem dessa notável modificação, o regulamento de 1911 que se acha ainda hoje em vigor, criou também uma secção para meninas, aumentou para cinco o número dos repetidores e criou um lugar de dentista. Entretanto, como o edifício em que se achava instalado o Instituto não poderia comportar alunos dos dois sexos, o Governo resolveu autorizar o Conselho dos Patrimônios a construir novo e mais amplo prédio para o Instituto.

Nesse intuito foi lavrado o decreto n. 10.210, de 7 de maio de 1913, que levantou a cláusula de inalienabilidade

dade de 1.380 apólices pertencentes ao patrimônio do Instituto, com o produto da venda das quais deveria ser construído o prédio.

Contratada a construção do edifício pela quantia de 1.099:692\$5, foi lançada a sua pedra fundamental, no dia 23 de julho de 1913, tendo-se começado logo o trabalho de edificação.

Pronto o novo edifício, em fins de 1914, o Instituto foi nele instalado, em janeiro de 1915. Mas a Secção Feminina não foi até hoje inaugurada, por falta de crédito necessário ao seu custeio.

A lei de n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915, suprimiu, por economia, um lugar de repetidor e o de agente-tesoureiro.

Entretanto, completava-se, no fim do ano de 1914, o terceiro ano de aplicação do *Método oral puro* à instrução de todos os alunos do Instituto, e o resultado colhido, nesse período, foi inteiramente negativo, com relação a 60% dos alunos. Em vista disso e convencido de que seria inútil e prejudicial aos alunos menos aptos levar mais longe a experiência, o diretor do Instituto, Dr. Custódio Martins, pediu logo ao Governo, no relatório desse ano, a reforma desse ponto do regulamento.

Procurando explicar o mau êxito da tentativa oralista, assim se exprimiu o Dr. Custódio Martins, no seu relatório de 1914: "A prática demonstra o que era já em outros estabelecimentos da Europa e dos Estados Unidos conhecido. Os surdos mudos são aptos para aprender a linguagem articulada até a idade de 7 anos; esta capacidade de apreensão vai diminuindo, gradualmente, à medida que o aluno vai adquirindo maior idade, de modo que, aos 9 e 10 anos, a percentagem dos aptos é muito diminuta.

Neste ano, verificou-se uma percentagem muito pequena de alunos aptos a tirarem proveito do ensino oral, talvez menos de 40%.

E', pois, necessário que V. Excia. reforme o regulamento deste Instituto, permitindo a entrada dos alunos de 6 a 10 anos no máximo, entrada essa que só é permitida, no regulamento em vigor, aos alunos de 9 a 14 anos.

Parece de toda a conveniência ao ensino que as quatro aulas de ensino de linguagem portuguesa sejam divididas, de modo a ficarem duas aulas para o ensino de linguagem articulada, sistema oral, e duas de linguagem escrita".

Ficou assim praticamente provada a verdade da seguinte conclusão a que chegou o finado professor A. J. de Moura e Silva, depois de um ano de estudos e observações no Instituto de París, extraída do relatório que aquele professor apresentou ao Governo, em 1896: "Há surdos mudos capazes de articular; há-os, porém, absolutamente incapazes de tamanho benefício. Aqueles, convenientemente guiados, poderão falar, mais ou menos satisfatoriamente; estes, quando a tal sacrifício coagidos, nunca farão mais do que arremedas os sons da voz humana, mais ou menos ridiculamente".

Diante de tais fatos, tem o diretor do Instituto insistido perante o Governo, em todos os seus relatórios anuais, para que se adotem, no nosso Instituto, pelo menos enquanto for ele o único Instituto oficial existente em todo o território brasileiro, métodos de ensino mais apropriados às variadas aptidões e capacidades dos alunos.

O decreto n. 15.044, de 20 de setembro de 1921, supriu uma das cadeiras de linguagem articulada; e o de-

creto n. 15.054, de 19 de outubro do mesmo ano, supriu um dos lugares de repetidor, reduzindo assim a três o número dos funcionários desta classe.

Pelo artigo 28 do regulamento que baixou com o decreto n. 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, o qual organiza o Departamento Nacional do Ensino, passou este Instituto, bem como o Instituto Benjamin Constant, a figurar na classe dos estabelecimentos de ensino profissional.

Sendo o Instituto procurado, de preferência, por crianças pobres, o número de alunos tem-se quase exclusivamente restringido ao limite fixado pelo Regulamento para a admissão de alunos gratuitos.

Todavia, épocas tem havido em que o Governo, desejando que o ensino do Instituto aproveite só maior número possível de surdos mudos, tem mandado admitir mais do que a lotação regulamentar.

No corrente ano (1925), a matrícula é de 51 alunos internos.

De 1859 a 31 de dezembro de 1930, passaram pelo Instituto, sem contar os alunos que estavam nessa data matriculados, 351 surdos mudos.

Por decreto de 15 de dezembro de 1930, foi exonerado do cargo de diretor o Dr. Custódio José Ferreira Martins, sendo nomeado para substituí-lo o Dr. Armando Paiva de Lacerda, que tomou posse do referido cargo a 20 do mesmo mês. Assim, pois, a administração deste último iniciou-se, praticamente, em 1.º de janeiro de 1931.

Hão de desculpar-nos pela transcrição de todas essas ocorrências na casa fundada pelo esforçado Huet. Não que elas não sejam elucidativas, mas reconhecemos que são um tanto longas, porém necessárias para o fim que temos em vista, que é esclarecer bem o nosso paciente leitor.

PRÉDIOS ONDE TEM FUNCIONADO O INSTITUTO

O Instituto Nacional de Surdos Mudos já funcionou nas seguintes ruas: Municipal n. 8, Livramento, Laranjeiras, Real Grandeza e Laranjeiras novamente nos números 60, depois 82 e atualmente 232, desde 1876.

TEEM DIRIGIDO O INSTITUTO:

E. Huet	(1856-1861)
Frei João do Monte do Carmo	(1861-1862)
Ernesto do Prado Seixas	(1862)
Dr. Manoel de Magalhães Couto	(1862-1868)
Dr. Tobias Rabelo Leite	(1868-1896)
Dr. Joaquim Borges Carneiro	(1896-1897)
Dr. João Paulo de Carvalho	(1897-1903)
Dr. João Brasil Silvado	(1903-1907)
Dr. Custódio José Ferreira Martins	(1907-1930)
Dr. Armando Paiva de Lacerda	(1930-...)

PUBLICAÇÕES

Lições de Linguagem Escrita, extraídas do "Méthode pour enseigner aux sourds-muets" do professor J. J. Valade Gabel (adaptação do Dr. Tobias Rabelo Leite), Rio de Janeiro, 1871.

Idem, 2.ª ed., Rio, 1874.

Lições de Geografia do Brasil (organizadas pelo Dr. Tobias Rabelo Leite), Rio de Janeiro, 1873.

Guia para os professores primários (extraída de uma obra de J. J. Valade Gabel pelo Dr. Tobias Rabelo Leite), Rio de Janeiro, 1874.

Notícia do Instituto dos Surdos Mudos do Rio de Janeiro, publicada pelo Dr. Tobias R. Leite, Rio, 1877.

Idem, 2.ª ed., Rio, 1877.

Compêndio dos Surdos Mudos, organizado pelo Dr. Tobias R. Leite e publicado por ordem do Ministro Homem de Melo. Rio, 1881.

Ensino Prático da língua materna aos surdos mudos, adaptação do método dos frades de S. Gabriel pelo Dr. J. J. Meneses Vieira. Rio, 1885.

Iconografia dos sinais dos surdos mudos, por Flausino José da Gama (aluno do Instituto). Rio de Janeiro, 1875.

Surdos mudos capazes de articular, relatório apresentado ao Governo pelo professor do Instituto, A. J. de Moura e Silva. Rio, 1896.

Lições de aritmética e metrologia dos alunos do Instituto dos Surdos Mudos, pelo professor J. Rabelo Leite Sobrinho, Rio.

Revista do Instituto dos Surdos Mudos, dirigida pelo diretor do Instituto, Dr. J. Brasil Silvado. 1906-1907. (Sairam três números).

O Problema da Surdo-Mudez no Brasil, pelo Dr. Armando Paiva de Lacerda, Rio, 1931 (palestra preliminar à 4.ª Conferência Nacional de Educação, promovida pela A. B. E.).

O Serviço Oto-rino-laringológico do Instituto Nacional de Surdos Mudos, pelo Dr. Henrique Mercaldo. Rio, 1931.

Pedagogia emendativa do surdo-mudo (considerações gerais) pelo Dr. Armando Paiva de Lacerda. Rio, 1934.

Atividades e documentos estatísticos do Instituto Nacional de Surdos Mudos, pelo Dr. Armando Paiva de Lacerda. Rio, 1937.

VISITA AO INSTITUTO

A rua das Laranjeiras, no trecho em que se acha o Instituto Nacional de Surdos Mudos, sempre nos foi de recordações muito gratas. E é por isso que a achamos ali simpática e acolhedora. Ao lado das casas residenciais, à direita de quem sobe a rua, destaca-se o grande edifício do Instituto Nacional de Surdos Mudos, precedido de jardim e em ligeira elevação, que basta para dar-lhe regular domínio sobre os prédios adjacentes.

Rodrigo Octávio, nas *Minhas Memórias dos Outros*, nos fala na imponência da escadaria do edifício do Capitólio, em Washington, onde se acha instalado o Congresso dos Estados Unidos. E, a propósito, recorda uma recepção à noite ali efetuada e a que compareceu todo o corpo diplomático.

Grandes projetores varriam de luz intensa a escadaria de mármore, ressaltando-lhe a beleza. Multidão contida à certa distância apreciava a entrada dos convidados — figuras brilhantes do mundo social norte-americano e, entre elas, diplomatas com seus vistosos fardões, generais e admirantes empertigados.

A multidão enlevada os contempla respeitosa, observando-lhes a subida, passo a passo, dos largos degraus da branca escadaria. E assim ela se mantem, silenciosa e atenta, sem qualquer manifestação externa.

Mas, de repente, estrugiu vibrante salva de palmas, em aplausos frenéticos, à figura majestosa de um diplomata, de nobre e distinto porte, imperturbável e sereno, que se destacou de forma excepcional naquele desfile brilhante de elegância, distinção e compostura.

Aquela manifestação espontânea, intensa e irreprimível, foi só, toda ela, para o nosso embaixador Joaquim Nabuco!

Recepção brilhante, assim, também, poderia realizar-se no edifício do Instituto Nacional de Surdos Mudos, onde a entrada é bela e majestosa, embora bem mais modesta que a do Capitólio...

E assim mesmo, quem sabe? — se vivo fosse, o grande Nabuco não se sentiria mal em subir-lhe a escada, com a mesma distinção, aprumo e elegância, com que o fez na noite memorável da recepção no Capitólio de Washington.

INÍCIO DESTA REPORTAGEM

Antes de falarmos ao diretor do Instituto, detivemos-nos um pouco no "hall" do edifício. Livros dispostos num mostruário revelam a habilidade dos encadernadores da casa. A cada funcionário que nos aparecia à vista ocorria-nos naturalmente a idéia de que era um surdo-mudo... Mas, qual! Força do ambiente. Todos eles falavam bem e ouviam melhor. Quando visitamos anteriormente o Instituto Benjamin Constant, falamos primeiro com os cegos, funcionários da Secção Braille, e depois com os viventes. Justamente o contrário do que ocorria na casa dos surdos-mudos.

O diretor do Instituto Nacional de Surdos Mudos, Dr. Armando Paiva de Lacerda, veio ao nosso encontro, levando-nos em seguida para seu gabinete de trabalho.

Os beneméritos da casa, figuras veneráveis e insignes de outros tempos, em retratos a óleo e, um deles, até em busto, emprestam ao gabinete do diretor essa austerdade muito nossa, reverenciadora e um tanto convencional...

O Dr. Armando de Lacerda fez o possível para nos dar com precisão o perfil dos notáveis, sobretudo daquele em busto, cujo nome não chegamos a guardar, e que nos impressionou por isto: o consagrado foi passado para o bronze com seu bigodinho retorcido e com as pontas destacadas da superfície da face, assim como se "fosse de verdade mesmo", como dizem as crianças quando nos querem mostrar que é perfeita a imitação...

Em busto ou em retrato a óleo, a consagração é preária. Sempre foi assim. Nos porões da Academia Francesa, há centenas de bustos amontoados, como "ferro velho". E aqui no Rio, os administradores cautelosos já começaram a declinar da homenagem do retrato a óleo... O tempo é implacável na sua ação destruidora. Eles bem sabem disso.

AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO GETULIO VARGAS NO INSTITUTO NACIONAL DE SURDOS MUDOS

Vamos observando aos poucos, à proporção que prosseguimos nestas reportagens, como é extensa e profunda a obra do Governo do Sr. Getulio Vargas em todos os setores de nossa administração. Constatamos isso já no Departamento Nacional de Obras de Saneamento; no Ensino Industrial no Brasil; na proteção às nossas florestas; na construção da nova Escola de Agronomia, no quilômetro 47 da Estrada Rio-S. Paulo; na ampliação do Instituto Oswaldo Cruz; na remodelação completa da Imprensa Nacional; na criação do S.A.P.S.; no Instituto Nacional de Tecnologia; na reforma do Instituto Benjamin Constant; na criação do magnífico Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e, agora, na reforma do Instituto Nacional de Surdos Mudos, objeto desta reportagem. Claro que só nos referimos às instituições que temos focalizado em reportagens na *Revista do Serviço Público*, mas o nosso programa se acha apenas em início.

No mês passado, saindo do setor federal, abrimos uma exceção e tratamos da Rede Rodoviária Fluminense. E como ficamos empolgados pela obra grandiosa do atual governo do Estado do Rio! O que ali está fazendo a Comissão de Estradas de Rodagem chefiada pelo Dr. Saturnino Braga é de *es-pan-tar!* Mas, assim mesmo, com as sílabas destacadas, com pausa, tracinhos e tudo!

CONVERSANDO COM O DR. ARMANDO PAIVA DE LACERDA

Então, vamos agora tratar do Instituto Nacional de Surdos Mudos. Estamos ao lado do Dr. Paiva de Lacerda, num sofá confortável.

Só nos interessa no momento o *presente*, pois o passado da casa já conhecíamos, como ficou linhas atrás registado. E isso fizemos ver ao Dr. Paiva de Lacerda, que achou melhor tratar da vida atual da casa que dirige, assim nos falando:

— O Instituto, de 1931 para cá, vem sofrendo gradativamente uma transformação no sentido de torná-lo mais eficiente com a introdução de métodos de trabalho conforme os modernos preceitos científicos e pedagógicos adotados em países em que o ensino e a educação dos surdos-mudos se acham mais adiantados, como por exemplo, a América do Norte. Assim é que, desde 1931, veem sendo introduzidas medidas tendentes a imprimir ao Instituto uma feição científica moderna, desenvolvendo, por um lado, as pesquisas e aplicações da medicina ao tratamento e classificação da surdo-mudez, e, por outro lado, valendo-se das conquistas da pedagogia especial para a integração dos alunos aqui admitidos na vida social e produtiva do país. Nesse sentido, em 1931, começamos pela reorganização do serviço médico, criando um gabinete de oto-rino-laringologia, destinado a examinar os candidatos à matrícula e a realizar a sua seleção mediante pesquisas acumétricas, além dos tratamentos clínicos e cirúrgicos julgados necessários e que também são postos em prática. O serviço médico assim ampliado permitiu ainda a organização de fichas de alunos e candidatos com o estabelecimento e a classificação dos vários tipos de surdos,

estendendo-se a sua atividade à profilaxia especial da surdo-mudez, possível em certos casos de surdez accidental, e ao tratamento pre-escolar em crianças que se apresentam ao serviço externo, e que poderão ser mais vantajosamente atendidas pelo Instituto, quando atingirem a idade escolar. Baseado nos dados científicos fornecidos pelas fichas individuais médico-pedagógicas, que registam os resultados dos exames médicos, informações sobre os antecedentes, o exame psicológico e o comportamento dos alunos, pôde o Instituto estabelecer um critério rigoroso de seleção dos candidatos, levando em conta os índices de sua capacidade físico-fisiológica, auditiva residual, mental e linguística — para uma distribuição racional dos alunos pelos cursos de linguagem e profissionais. No primeiro ano de seu funcionamento conseguiu o serviço oto-rino-laringológico levantar a primeira estatística da etiologia da surdo-mudez entre nós, a qual conta atualmente com elevado número de exames. A mais recente estatística nesse sentido obtida nos mostra em caráter definitivo os principais fatores responsáveis pela surdo-mudez no nosso país.

— Não seria possível fornecer-nos esses dados estatísticos para ilustrar esta reportagem?

— Perfeitamente. O Sr. poderá incluí-los no movimento do serviço clínico. Este serviço, entretanto, não se limitou a essas pesquisas, realizando também, em todo esse longo período, pesquisas da audição residual dos candidatos à matrícula. Por outro lado, foram realizadas provas psicológicas para avaliar a inteligência dos alunos e selecioná-los para fins pedagógicos. Cogitamos, agora, de dar maior expansão às investigações científicas até aqui efetuadas, criando-se um serviço adequado, conforme está previsto no plano de reforma. Para atender a isso, já demos início às pesquisas audiométricas utilizando a aparelhagem recentemente adquirida nos Estados Unidos, achando-se também concluída a câmara acústica, onde serão mais convenientemente realizadas essas provas que servem para determinar com maior precisão a capacidade auditiva normal ou deficiente de qualquer indivíduo e, no caso particular do surdo-mudo, a sua capacidade residual, que poderá ser aproveitada se for suficientemente extensa.

— E com relação ao ensino, que se fez de novo?

— Como sabe, o objetivo da educação dos surdos mudos é promover a sua adaptação ao meio social, ministrando-lhes o conhecimento da linguagem usual e realizando a sua habilitação profissional, afim de que possam viver do seu próprio trabalho.

Com relação ao ensino da linguagem, introduzimos nos últimos anos algumas inovações, como o curso de estudos baseado nos mais recentes ensinamentos da pedagogia de surdos, depois de adaptado ao nosso ambiente, e a prática das excursões pedagógicas, de tão uteis resultados na aprendizagem da linguagem habitual.

Quanto aos métodos de ensino, conforme declarei anteriormente, vimos adotando no curso fundamental os que se acham mais em voga em outros países, por fornecerem resultados mais perfeitos, tanto que foram mantidos no plano de reorganização do ensino incluído no projeto do regimento.

Aplicamos o método oral, que consiste no ensino da linguagem articulada e leitura labial, aos alunos admitidos de 7 a 9 anos de idade, ou que possuam aptidão para receber esse ensino, como acontece com os semi-mudos.

Utilizamo-nos do método auditivo para os alunos cujos resíduos de audição sejam bastante extensos para que possam aprender a falar por intermédio do próprio ouvido, incluindo-se entre estes os chamados semi-surdos ou duros de ouvido.

Sem dúvida, seria o ideal se nos pudéssemos cingir a esses dois processos de ensino. E' preciso não esquecer, porém, que o nosso Instituto é o único estabelecimento oficial, no gênero, em todo o território nacional. Nessas condições, não é possível estabelecer um critério muito inflexível para a aceitação dos candidatos que, vindos de todos os pontos do país, aqui procuram a instrução de que carecem. Valemo-nos, assim, para os que ultrapassaram a idade favorável à aprendizagem da linguagem falada, do método escrito, por meio da leitura global ou silenciosa, evitando tanto quanto possível os sinais digitais. O ensino da linguagem escrita tem constituido um grande recurso para o Instituto, pois os seus resultados teem sido extremamente compensadores.

Em 1939, introduzimos as classes auriculares no curso fundamental, após a visita que um dos professores do Instituto fez aos Estados Unidos, em comissão do governo, com o propósito de estudar os métodos de aperfeiçoamento desse ramo de ensino. O processo auricular, com os recursos que lhe são fornecidos pela acústica moderna, utiliza a aparelhagem amplificadora e gravadora do som destinada a grupos de alunos, e de aplicação nas aulas em que há possibilidade do aproveitamento pedagógico da audição residual. Os primeiros resultados obtidos nas nossas classes auriculares são animadores e o professor Brasil Silvado poderá lhe dar melhores informes sobre o que viu no estrangeiro e o que está realizando entre nós.

— Há naturalmente outras iniciativas interessantes da sua administração, alem das que foram mencionadas...

— Realmente. Em 1932, por exemplo, o Instituto passou por modificações que vieram melhorar as suas condições pedagógicas, e que nos revelam ainda hoje a sua utilidade. Criou-se naquele ano, um externato feminino com as suas oficinas de costura e bordado. Criou-se também uma seção de trabalhos em madeira, e a oficina de sapataria foi ampliada, transformando-se na atual seção de trabalhos em couro. Ambas essas seções profissionais estão atualmente funcionando no amplo pavilhão para esse fim agora construído. Deste modo, a partir de 1932 melhoraram consideravelmente as condições do ensino profissional, sendo que a seção de trabalhos de madeira tomou um grande desenvolvimento, dispondo atualmente das novas instalações das oficinas de marcenaria, tornearia e entalhação, as quais teem executado inúmeros trabalhos em proveito dos serviços do Instituto e do Ministério, ainda mesmo no período em que tivemos de suspender as aulas por motivo das obras. A antiga oficina de encadernação e douração, alem das máquinas, também teve recentemente as suas instalações reformadas, podendo realizar de maneira mais proveitosa os seus trabalhos, que são dos mais rendosos do estabelecimento. O ensino profissional, que é muito importante para a educação do surdo-mudo, pois que lhe fornece os meios de subsistência, tem preenchido plenamente, nestes dez anos, essa sua finalidade. Melhor será dar-lhe uma nota à parte com a discriminação do que tem sido feito nesse terreno, a partir de 1932.

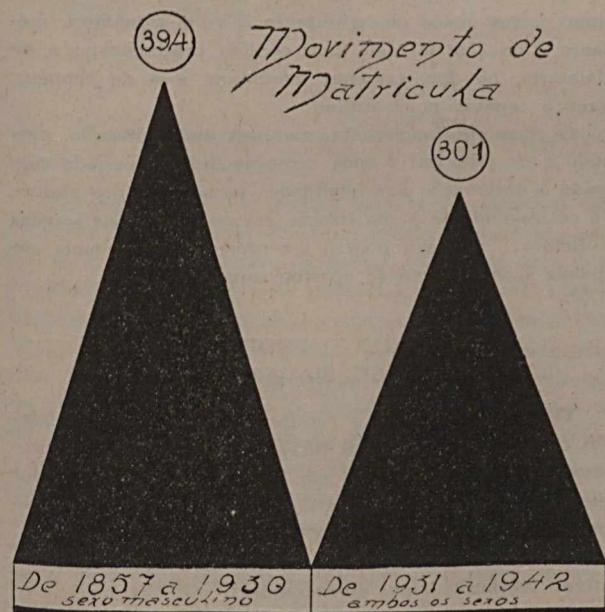
Posso dizer-lhe, entretanto, que são muitos os alunos habilitados pelas nossas oficinas que teem conseguido colocação, como artífices, em estabelecimentos particulares e oficiais. Ainda necessitamos, porém, de mais oficinas, dada a nova capacidade escolar, e, por isso, um dos objetivos principais do plano de reforma é a ampliação do ensino profissional.

— Com relação ao externato feminino, o senhor já constatou suas vantagens?

— Evidentemente, a instalação do externato feminino, ou melhor da secção feminina, porque hoje funciona sob o regime de semi-internato, constitui medida que veio resolver em parte o problema da educação das surdas-mudas, concedendo-se os benefícios do ensino especial pelo menos às candidatas do Distrito Federal. Entretanto, a admissão de alunas internas, depende ainda da construção do internato feminino já em projeto, conforme determinação do ministro Gustavo Capanema.

— E qual foi o movimento dos alunos no período da sua administração?

— Para se ter uma idéia do aumento do número de alunos e da intensificação das atividades escolares, a partir de 1931, posso lhe fornecer dados estatísticos bem elucidativos desse movimento. Por eles se verifica que em 12 anos apenas, isto é, de 1931 a 1942, passaram pelo Instituto 301 alunos, número quase equivalente ao do período



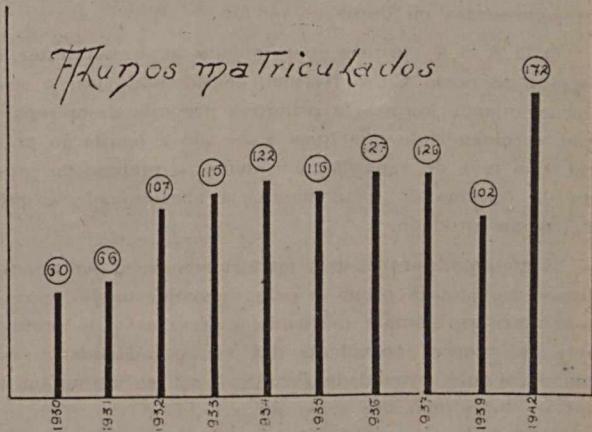
de 1857 a 1930, durante o qual foram matriculados 394 surdos mudos. Deve-se ainda levar em conta o fato de terem sido interrompidas as atividades escolares nos anos de 1938, 1940 e 1941, por motivo da execução das obras.

A REMODELAÇÃO DO INSTITUTO

Não estava terminada a série de informações interessantes sobre as atividades do Instituto. Poude o seu diretor tratar ainda da remodelação material do estabelecimento, fornecendo-nos esclarecimentos, que publicamos adiante.

A REORGANIZAÇÃO DO ENSINO E SERVIÇOS DO INSTITUTO

O Dr. Paiva de Lacerda tem um feitio prático de dar entrevista: de quando em vez reclama ao reporter que sobre tal ou qual detalhe será melhor publicação à parte de informações necessárias. Quanto, porém, à reorganização



do ensino e dos serviços do Instituto, nos advertiu de que seria melhor tomar logo nota do que iria dizer:

— Mas, como ia dizendo, venho me preocupando desde o início da minha administração em imprimir novos moldes ao ensino deste estabelecimento, assim como também dar sempre mais eficiência aos seus serviços técnicos e administrativos. Vamos, portanto, por partes. Tome nota dos pontos principais da projetada reforma do regulamento de 1911.

As finalidades do Instituto, pelo projeto, foram bastante ampliadas, principalmente com a instituição do Curso Normal e a criação do internato feminino, do jardim de infância e da secção de pesquisas pedagógicas.

CURSO NORMAL

— A primeira das providências adotadas no projeto, a instituição do Curso Normal, destina-se a habilitar professores na didática especial de surdos mudos, e será não só de grande utilidade para o ensino ministrado no Instituto como contribuirá valiosamente para o desenvolvimento deste ramo do ensino especial no país. Só por meio dessa medida abandonaremos o empirismo da escolha dos auxiliares mediante a simples frequência das aulas, e passaremos a adotar o processo racional utilizado em outros países do nosso próprio continente, como os Estados Unidos, a Argentina e o Uruguai, onde funcionam há muitos anos cursos de formação de professores de surdos mudos.

O projeto conduz-nos exatamente a estes objetivos, isto é, a estabelecer em bases sólidas a habilitação, por meio da preparação teórico-prática, de instrutores de surdos mudos que poderão exercer a sua profissão tanto no próprio Instituto como no magistério particular, ou em escolas oficiais que venham a ser criadas, principalmente no interior do Brasil, onde seja mais densa a população de crianças surdas mudas. Os professores diplomados pelo Curso poderão ainda incumbir-se da regência de classes especiais de surdos mudos, anexas às escolas primárias dos

estados, onde possam assim receber educação adequada. A idéia da criação dessas classes é particularmente interessante, pois representa economia para o Estado e evidente vantagem para os educandos, de vez que o sistema de educação dos surdos mudos em contacto com as crianças normais é bastante proveitoso para os primeiros, sobretudo quando se tem por escopo o ensino da linguagem falada, sendo tanto mais util para a educação dos semi-mudos e dos semi-surdos ou duros de ouvido.

O D.A.S.P. já teve oportunidade de se manifestar a respeito do nosso Curso Normal, considerando util a sua criação, quando aprovou a primitiva proposta desta repartição, recomendando que fosse elaborada a legislação própria, que teve de aguardar, entretanto, o preparo do projeto de reforma do regulamento, já encaminhado e que está sendo estudado.

Entretanto, parece haver mais conveniência em se ampliar a providência proposta para os surdos mudos, criando-se um curso comum destinado a preparação de professores de crianças portadoras das várias modalidades de deficiência ou anormalidade, facultando no seu último ano a especialização num dos seus ramos.

Com isso os benefícios da educação seriam estendidos aos démais menores, utilizando-se processos adequados à sua deficiência e fornecendo-lhes os elementos de que carecem para uma vida melhor e mais compatível com as condições do ambiente social.

INTERNATO FEMININO E JARDIM DE INFÂNCIA

— Propondo a criação do internato feminino e do jardim de infância o projeto de reforma procura dar solução a dois importantes problemas da educação especial ministrada neste estabelecimento. O primeiro deles refere-se à admissão de alunas internas, medida pleiteada desde 1911 e que não foi possível por em prática até hoje, por falta de edifício apropriado. No entanto, como já fiz ver, há alguns anos que admitimos alunas externas ou semi-internas, mas seria imperdoável se o novo estatuto deixasse de favorecer as meninas surdas com as vantagens e benefícios do ensino até aqui concedidos aos meninos portadores da mesma deficiência. Ademais, já existe projeto de construção do edifício destinado ao internato feminino e jardim de infância nos terrenos adjacentes ao Instituto, que lhe pertencem, onde presentemente funciona, em caráter provisório, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos.

Finalmente, o jardim de infância se destinará a receber as crianças de 3 a 6 anos de idade, o que equivale a baixar a atual idade da matrícula, providência que influirá consideravelmente no desenvolvimento do ensino oral, aumentando as possibilidades da sua aplicação aos alunos. A criação do jardim de infância constituirá assim providência de grande valor na educação dos surdos mudos, pois quanto mais cedo iniciada mais possibilidades oferece de alcançar resultados vantajosos.

No caso de serem criados o internato feminino e o jardim de infância, a atual capacidade escolar ficará elevada para 350 alunos internos, de ambos os sexos.

SECÇÃO DE PESQUISAS PEDAGÓGICAS

— Dentre as secções que serão criadas, de acordo com o projeto do regulamento, figura a de pesquisas pedagógicas.

O projeto original do Instituto propunha a ampliação das atuais atribuições do serviço médico, que seria assim transformado no serviço clínico e de pesquisas pedagógicas; mas o substitutivo apresentado pela Divisão de Organização e Coordenação do D.A.S.P. desdobrou essas atividades que deverão fazer parte de serviços diferentes. Viu nisto a vantagem de cada atividade receber o seu tratamento adequado. De forma que será criada uma secção de pesquisas pedagógicas, cujo funcionamento permitirá dar maior amplitude e perfeição aos ensaios até aqui realizados nesse sentido.

Ficará a cargo dessa secção a orientação dos pais dos candidatos em idade pre-escolar, a seleção dos alunos para a sua racional distribuição pelas classes e oficinas, bem como a apuração das qualidades vocacionais dos educandos. Serão ainda da sua competência os estudos e as pesquisas do campo da psico-pedagogia, da acústica e da fonética relacionadas com as atividades do Instituto.

AMPLIAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL

— O aumento da capacidade escolar trouxe como uma de suas consequências a necessidade de se ampliar o ensino profissional, providência que permitirá fornecer aos alunos novos meios de habilitação à vida econômica, mediante a criação de mais duas secções profissionais: a de alfaiataria, no departamento masculino, e a de chapéus, flores e ornatos no feminino.

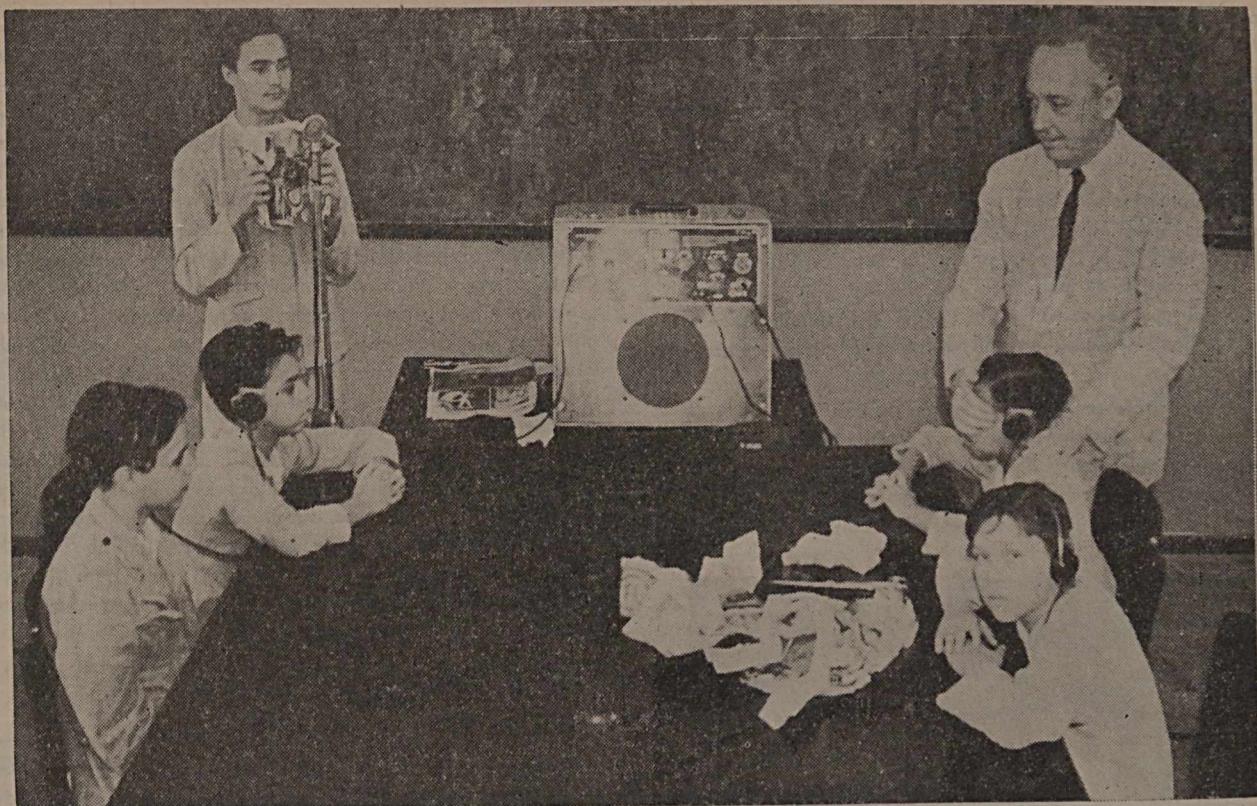
O curso profissional terá também maior duração, passando a ser feito em 8 anos, compreendidos o período destinado à observação das qualidades vocacionais dos alunos, e o correspondente à sua fixação em cada uma das secções e oficinas. O curso poderá ser prorrogado por mais um ou dois anos, a título de aperfeiçoamento.

OUVINDO O PROFESSOR JOÃO BRASIL SILVADO JUNIOR

Depois de ouvirmos o diretor Paiva de Lacerda, falamos com o Dr. João Brasil Silvado Junior que, como professor do Instituto, esteve em 1938 nos Estados Unidos desempenhando comissão do Governo para estudar os novos métodos de ensino a surdos-mudos.

O Dr. Brasil Silvado tratou primeiro das classes auditivas ou auriculares, dizendo-nos:

— Com o aperfeiçoamento do cinema sonoro, teve o método auricular o seu surto atual de importância, por motivo da melhoria dos aparelhos que reproduzem mais fielmente a voz humana e também porque, estudando as causas dos defeitos das primeiras máquinas do filme sonoro, foram sendo mais conhecidas as falhas da máquina auditiva do homem. O aproveitamento da audição no ensino da fala aos surdos-mudos não é coisa de agora. Foi justamente nas escolas para surdos-mudos que ele principiou, sendo então os chamados surdos "impróprios" inscritos nas classes já naquela época, de mil novecentos e tantos, denominadas "auditivas". O problema não fora bem perce-



CLASSE AURICULAR — O prof. Brasil Silvado servindo-se da aparelhagem amplificadora do som numa de suas aulas diárias

bido. O ouvido era apenas um auxiliar no ensino da articulação fônica.

Eu me achava em Berlim, cursando o Instituto Imperial de Surdos-Mudos em 1913, quando justamente nesse ano o diretor Schorsch, da Escola Municipal para Surdos-Mudos, e um professor universitário fizeram amplas pesquisas para saber quais e quantos seriam naquela capital os alunos que se deveriam destinar às escolas para duros de ouvido. Na Alemanha, sempre se preferiu dar aos semi-surdos, ou duros de ouvido, escolas separadas ao em vez de remetê-los para as escolas de surdos-mudos, como se pratica nos Estados Unidos, ou de conservá-los nas escolas comuns, mas em classes separadas, como se faz na Inglaterra. O critério para a escolha e matrícula nas escolas dos duros de ouvido era poderem os alunos entender a língua usual falada bem perto do ouvido, mas não a mais de dois metros e meio de distância.

Quando, pois, nos referimos ao método auricular e às classes auditivas, já não mais tratamos de surdos, como os entendemos nas escolas de surdos-mudos; são crianças que ouvem mal, tanto na intensidade como na qualidade do som e, por isso, reproduzem muito mal a voz que ouvem e, não ligando as idéias aos sons, são impedidas de aprender a língua materna e são consideradas ou atrasadas mentais, ou defeituosas dos órgãos fonatórios. Com o correr dos anos emudecem. Se não forem sujeitas ao ensino pelo ouvido, mas ao contrário, se forem exclusivamente ensinadas pelos processos visuais, algumas se tornam exímias leitoras labiais e depois refugam o esforço de aten-

ção para aprender a linguagem ouvida que lhes viria transformar as condições mentais.

O menino que ouve tão pouco que não pode aprender a falar a língua materna em casa, ou que a aprendeu por isso em fragmentos falhos, vai, pelo método auricular, aprendê-la pelo ouvido, auxiliando-se com a escrita e com a leitura labial; o seu ouvido pode não melhorar, mas ele aprenderá uma linguagem ouvida e vista que o habilitará a suprir as falhas do ouvido.

Como entendemos um orador à longa distância, na praça pública? Será que ouvimos todas as vogais e consoantes que ele emite? Não; o nosso ouvido, por mais perfeito que seja, não distingue tudo isso. E' porque conhecemos o idioma que ele fala. Já se tem feito demonstrações muito curiosas a esse respeito. Consoantes e vogais foram trocadas e até omitidas num discurso de que — embora repetido individualmente de ouvinte a ouvinte — todos os fonemas foram ouvidos, até mesmo os que não haviam sido enunciados: quer dizer, as trocas e as falhas foram supridas mentalmente. Pois o fim do método auricular pode ser definido com essa ilustração prática:

E' fazer o semi-surdo entender pelo ouvido uma língua que ele ouve mal, suprindo mentalmente aquilo que o seu ouvido não pega, suprimento que antigamente ele não podia fazer porque não possuía o vocabulário nem o fraseado dessa língua.

O resultado do método auricular ainda é mais valioso do lado mental. Por ele é que o semi-surdo se tor-

nará verdadeiramente "falante"; sem ele, o semi-surdo aprenderá bem a tocar o seu aparelho fonatório, como o pianista toca o piano, mas a sua feição mental é a do surdo-mudo-mímico, com uma psicologia *sui-generis*, que mais o distingue e separa do meio social do que a própria surdez.

Compreendendo bem o valor do ensino auditivo da língua materna, ou da linguagem, foi que o Dr. Armando Lacerda decidiu-se imediatamente a fazer uso dos novos aparelhos acústicos para uso nas classes. A equipagem antiga não permitia senão um ensino individual extenuante e aplicação quase proibitiva, mesmo numa reduzida classe.

Como professor, conheço os resultados, os mais aperfeiçoados, do método oral, nos Estados Unidos, França, Alemanha, Inglaterra e Escócia, por ter visitado e frequentado as escolas para surdos desses países por vários anos e, por isso, foi com muito prazer que aceitei a minha es-

norte-americanos que haviam ali ingressado como surdos-mudos. Notei a naturalidade da sua voz e o gosto com que usam e falam fora das classes. Lí de um outro que pode se entender pelo telefone, mas não pude verificar esse fato. Após o curso escolar, muitos deles se ajuntam aos inúmeros Centros de Semi-Surdos que também visitei. Nesses Centros há instalações acústicas apropriadas com ampliadores individuais para assistentes que ali vão ouvir oradores em conferências de vários gêneros. Notei que nesses Centros nem a mímica nem o alfabeto digital eram empregados em absoluto. Esses Centros acham-se muito espalhados por inúmeras cidades dos Estados Unidos e da Europa. Aqui mesmo no nosso Instituto já fui procurado por uma senhora suíça e duas norte-americanas, todas três semi-surdas, indagando desses Centros no Rio de Janeiro. Notei que não buscavam os meios dos surdos mímicos, mas apenas os meios dos seus iguais para convívio social, porque como duramente sabem os que ensurdeceram na idade adulta, a semi-surdez é apesar de tudo um suplício na sociedade. Façamos votos para que os atuais alunos das classes auditivas venham a ser os fundadores dos primeiros Centros para Semi-Surdos no Rio.

— E quanto aos resultados obtidos nessas classes até agora?

Em 1939, após o meu regresso dos Estados Unidos, foram iniciadas as classes auditivas no nosso Instituto, depois de instalados os novos aparelhos. Embora durante aquele ano o Instituto funcionasse parcialmente lotado, as aulas apresentaram resultados animadores. As fichas trouxeram da Secção Médica as indicações audiométricas necessárias, além de outras indicações de acúmatria fônica, e instrumental. Neste ano de 1942, começou a ser usada a câmara acústica nos exercícios práticos das aulas auriculares. Começamos agora a conjugar os esforços da Secção Médica com as aulas na matrícula e conservação dos alunos no ensino. Assim, os testes e provas da adaptação ao ensino auditivo ficarão mais eficientes. Os alunos aos poucos se vão adaptando ao ensino e é de esperar que sua influência no meio escolar concorra para aperfeiçoar esse meio. Sendo novo o curso, as tentativas são mais numerosas do que conviria. Mas não queremos programas copiados de fora dos livros. A prática até agora é animadora. Ela nos dará o programa, a organização e os processos mais eficazes às nossas condições.



AULA DE LINGUAGEM ARTICULADA — Uma lição de geografia, dada pelo prof. Saul Carneiro

colha, que muito honrou, feita por indicação do Dr. Armando Lacerda, para ir mais uma vez, a terceira vez, aos Estados Unidos, verificar *in loco* o que se estava realizando no ensino auditivo. Nesse país, com a gentileza e bondade de servir dos norte-americanos, sob a guia dos mais competentes técnicos daí, visitei as melhores escolas no assunto e inspecionei estabelecimentos hospitalares e universitários dos mais notáveis na matéria. Acompanhei o ensino do começo ao fim. Os resultados eram e são magníficos. Conversei francamente ao microfone com turmas e turmas de alunos dos melhores estabelecimentos

CURSO DE LINGUAGEM ESCRITA E LEITURA SILENCIOSA

(Notas do professor Geraldo Cavalcanti de Albuquerque)

Este curso, como o próprio nome indica, tem por finalidade substituir a linguagem mímica digital da criança surda-muda pela linguagem escrita usual. O surdo-mudo conhecedor da linguagem escrita tem possibilidade de exteriorizar o seu pensamento e compreender as outras pessoas, o que não acontece com os surdos-mudos conhecedores da mímica, só compreensível aos iniciados em sua complicada interpretação. A linguagem escrita abre aos surdos-mudos novos horizontes em suas relações sociais.

Para a organização homogênea de nossas classes nós nos valemos das indicações preciosas fornecidas pela ficha

médico-pedagógica de cada aluno, quanto ao seu nível físico e mental. Posteriormente, os desajustados são readaptados em outras classes. O nosso programa de estudo foi organizado pelo Prof. João Brasil Silvado, quando na regência de nosso curso, e é baseado na observação psicológica da criança surda-muda. Ele obedece a um critério de íntima relação entre a vida na escola e a de fora da escola. E' um ensino essencialmente prático, levando em consideração a futura profissão do aluno e o meio em que ele vai viver.

Usando o método global, levando sempre em consideração a personalidade de cada criança e por processos especiais de ensino, procuramos na execução de nosso plano fazer com que os alunos vivam as lições, objetivando assim o ensino o mais possível. Outros meios ainda são usados com o mesmo fim: excursões, cinema, projeções luminosas, quadros murais, trabalhos manuais, execução de projetos, trabalhos experimentais de laboratório, organização de museus, biblioteca, dramatizações, etc.

Nos primeiros graus os jogos educativos são muito apreciados por nossos alunos.

O ensino ocasional também tem o seu papel importante na formação mental de nossos educandos.

As máquinas de escrever nos prestam valioso auxílio na verificação da exatidão das lições e exercícios e, em muitos casos, podem constituir uma futura profissão que libertará o surdo-mudo de uma dependência financeira humilhante.

Na verificação do grau de aproveitamento dos alunos, usamos diversos testes que nos permitem não só concretizar os nossos exames, como também aquilar dos resultados bons ou maus dos processos didáticos empregados.

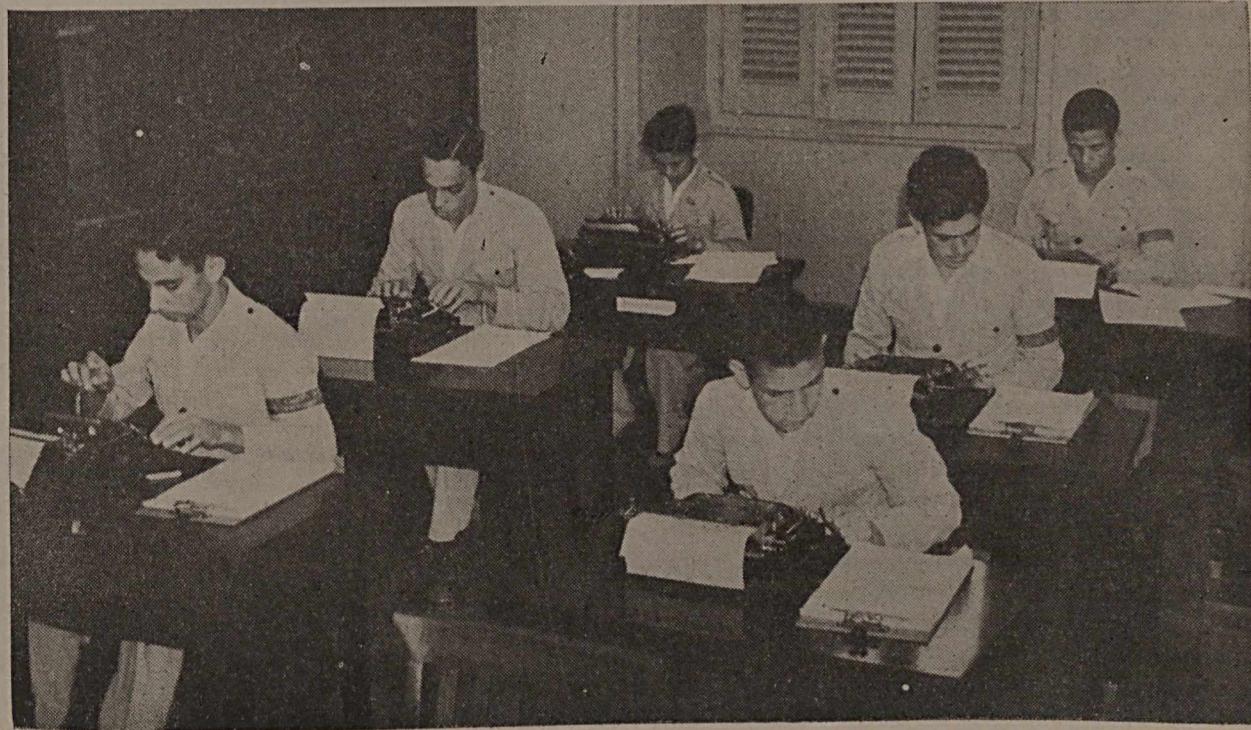
O ENSINO ORAL

(Notas do professor Saul Borges Carneiro)

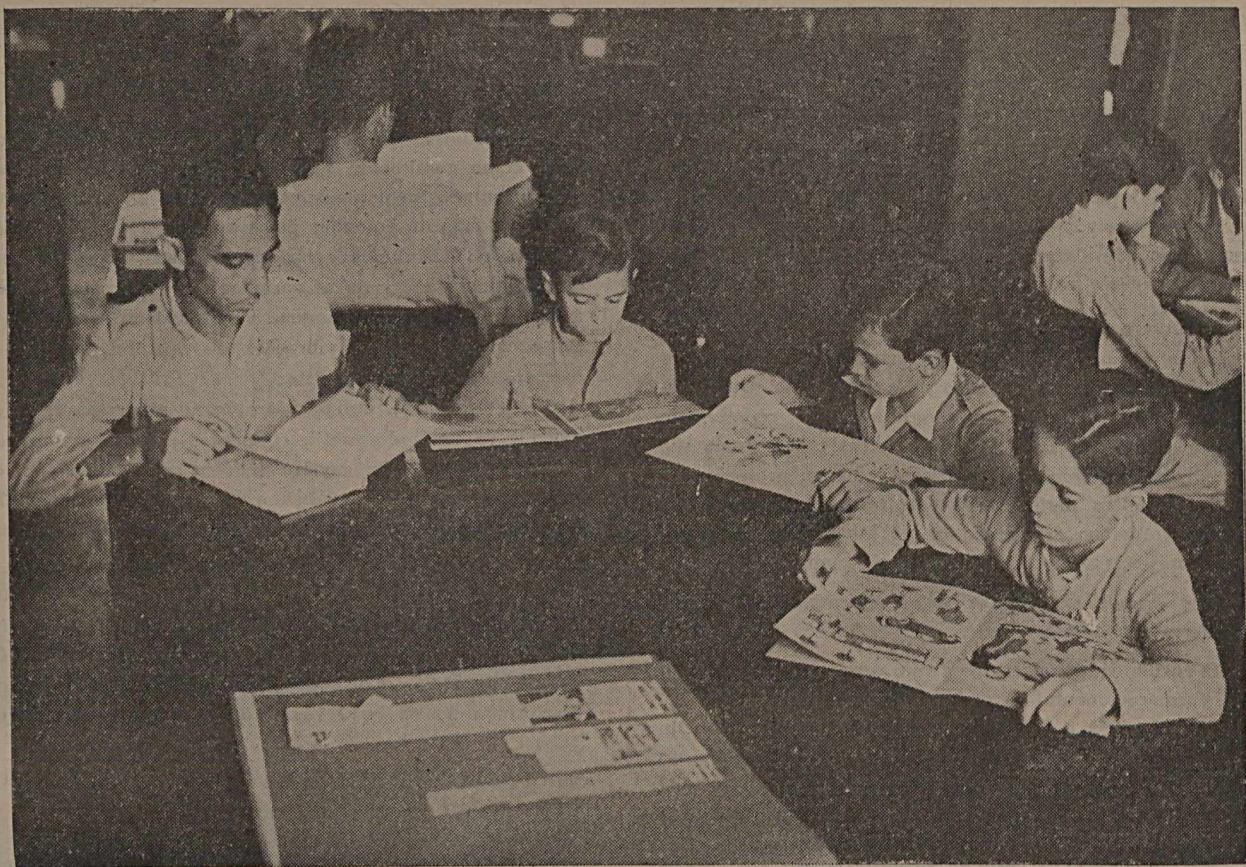
O ensino da linguagem falada aos surdos-mudos consiste, como geralmente se sabe, em dotá-los da faculdade de exprimir-se mediante sons articulados e, paralelamente, da capacidade de entender pelos movimentos labiais a fala de outrem. E' baseado na aptidão que temos todos nós de distinguir pela vista os variados movimentos dos órgãos articulatórios (lábios, língua, véu palatino, etc.) e de perceber pelo tato as vibrações do aparelho fonador no momento de produzir a fala.

O ensino oral, ou, para empregar expressão mais conhecida, o "método oral", completa, pois, o quadro das modalidades da linguagem: palavra articulada, palavra escrita, palavra lida nos lábios e palavra lida no papel. Tal método é ainda bastante desconhecido entre nós, apesar de antiquíssimo. Com efeito, já em 1620 publicava na Espanha Juan Pablo Bonet a sua *Reducción de las letras y arte para enseñar a hablar a los mudos*, livro em que expunha os princípios básicos e os preceitos fundamentais do método oral. Entretanto, esse método de ensino, que teve ainda no século XVIII cultores do mérito do suíço João Conrado Amman, autor de dois livrinhos sobre o assunto, e do pastor alemão Samuel Heinicke (1729-1790), fundador do Instituto de Leipzig, só mui lentamente se foi tornando conhecido.

Heinicke sustentou contra o abade francês Charles Michel de l'Epée larga discussão epistolar acerca das vantagens do método oral e do *método dos sinais*, ou *mímico*, inventado e recomendado por aquele abade.



CLASSE DE MÉTODO ESCRITO — Alunos executando trabalhos em máquinas de escrever



SALA DE LEITURA — Alunos entregues ao prazer da leitura

Propagandista notável do ensino pela fala e dos exercícios auditivos foi ainda na França, no século XVIII, o israelita português Jacob Rodrigues Pereira, que aplicou com sucesso seu método à educação de vários surdos. Não obstante o valor de seus propagandistas e o aplauso despertado pelos êxitos alcançados, só um século mais tarde, isto é, em 1880, é que o congresso de educadores de surdos-mudos reunido em Milão proclamou que "o método oral puro deve ser o preferido". Dessa época para cá o método oral tem-se vindo introduzindo nas escolas de surdos do mundo inteiro, apesar de algumas críticas sérias que tem sofrido, como a que lhe fizeram, em 1909, os psicólogos franceses Alfredo Binet e T. Simon.

Sapientia aperuit os mutorum, sentença bíblica adotada pelos congressistas de Milão como lema de propaganda e de combate, veio a exprimir na realidade, e na maioria dos casos, uma verdade incontestável e consoladora. Os progressos que a técnica da demutização realizou nestes últimos tempos, devidos em parte a novas aquisições das ciências em que se baseia, como a fonética experimental e patologia da linguagem, e em parte também ao mais cuidadoso preparo profissional dos professores de surdos-mudos, teem firmado por toda a Europa e na América os créditos do método oral. E presentemente, com o advento da acústica moderna e suas consequentes aplicações ao aproveitamento de resíduos auditivos dos pacientes, novos e mais amplos horizontes se lhe abriram.

O primeiro ensaio de aplicação do método oral foi realizado no nosso Instituto a partir de 1883 e prolongou-se até 1889.

Logo depois do Congresso de Milão, a que há pouco me referi, o nosso antigo e inolvidável diretor, Dr. Tobias Rabelo Leite, lembrou ao Governo Imperial a conveniência de se mandar à Europa um professor do estabelecimento, afim de estudar o novo método de ensino. Diga-se de passagem que no ~~plano~~ didático do Instituto, prescrito pelo regulamento de 1873, figurava uma cadeira de linguagem articulada que nunca fora provida por falta de candidato habilitado.

O Governo Imperial, solícito como sempre em atender a tudo o que se relacionava com o Instituto, aceitou logo o alvitre do diretor e enviou à Europa o Dr. Joaquim José de Méneses Vieira, médico e professor de linguagem escrita. Após um ano de estudos na França, na Bélgica e na Itália, onde frequentou institutos e escolas e aprendeu a técnica do ensino de articulação, regressou o Dr. Méneses Vieira ao Brasil, começando imediatamente o ensaio. Os resultados foram animadores, mas só em relação a alguns alunos, naturalmente mais aptos para receber tão difícil ensino.

Em face do que se apurou dessa primeira experiência, determinou o Governo em aviso de 26 de dezembro de 1889 que "só se matriculassem na aula de linguagem articulada os surdos-mudos que, a juízo do diretor e do respectivo professor, estivessem em condições de receber com

proveito o ensino da leitura labial e da articulação". A doutrina desse aviso refletia o realismo pedagógico do Dr. Tobias Leite. Para ele, não se deveria procurar adaptar o aluno ao método, mas o método ao aluno. O Dr. Menezes Vieira, porém, já se tornara oralista fervoroso, queria o ensino oral para todos os alunos indistintamente, e, desgostoso com a resolução do Governo contida naquele aviso, pediu e obteve sua jubilação em começo de 1890.

Essa atitude da direção do nosso Instituto em face da questão do método oral, questão que aliás apaixonava naqueles tempos os educadores de surdos-mudos, nada tinha contudo de intransigente nem de definitiva. Tanto assim que, aproveitando a ida a Paris, em 1895, do professor do Instituto A. J. de Moura e Silva, o Dr. Tobias Leite o incumbiu de estudar, no Instituto daquela cidade, o debatido problema do ensino oral e sua eficiência em relação à totalidade dos surdos-mudos.

Desempenhando-se de tal missão, apresentou o citado professor no ano seguinte, o seu relatório — *Surdos-mudos capazes de articular* (Imprensa Nacional, 1896). Era a seguinte a conclusão a que chegara a respeito das possibilidades do método oral:

"Há surdos capazes de articular; há-os, porém, incapazes de tamanho benefício. Aqueles, convenientemente guiados, poderão falar mais ou menos satisfatoriamente; estes, quando a tal sacrifício coagidos, nunca farão mais

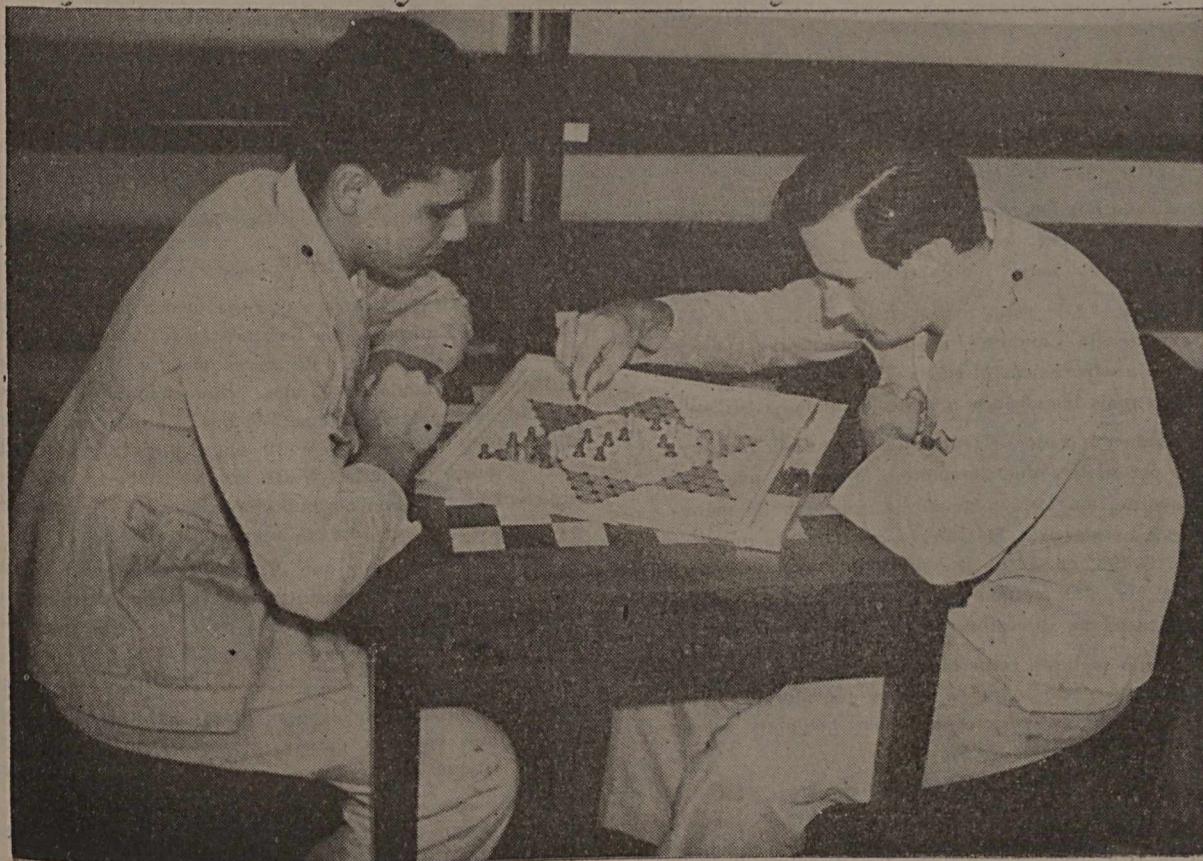
do que arremedar os sons da voz humana mais ou menos ridiculamente".

Essa opinião do professor Moura e Silva representava não só o fruto de suas próprias observações, durante um ano, em classes regidas por mestres de reconhecida competência e extremado zelo, mas ainda o reflexo das opiniões de notáveis especialistas daquela época, dentre os quais se destacava o eminentíssimo professor norte-americano E. Gallaudet.

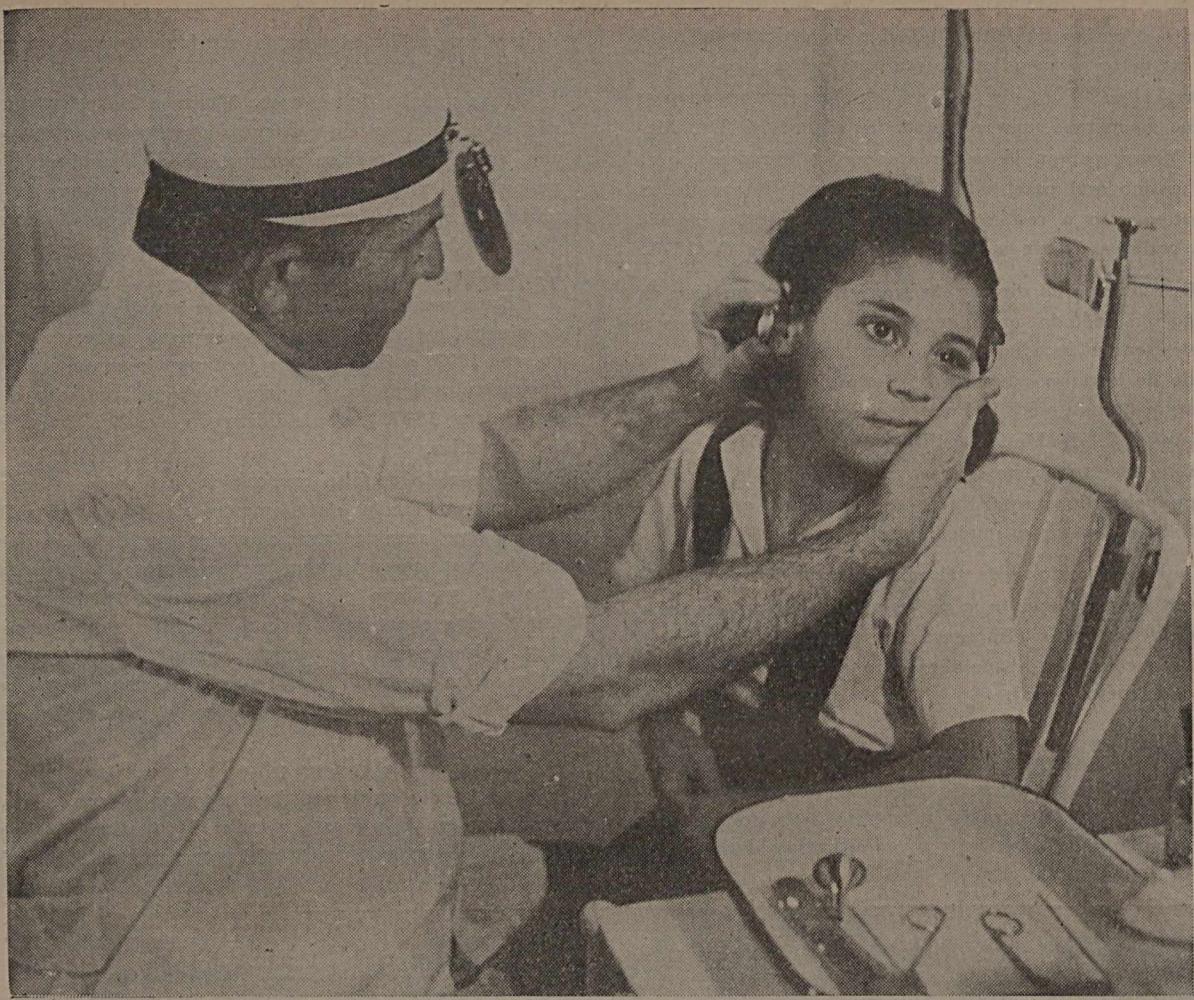
Entretanto para aproveitar as aptidões articulatórias de alunos que porventura aparecessem, nomeou o Governo, em 1895, o Sr. Cândido Jucá para rege a cadeira de linguagem articulada, a qual todavia só começou a funcionar em 1897, na administração do Dr. João Paulo de Carvalho.

Apesar de perfeito conhecedor da técnica então usada nas melhores escolas da Alemanha, da França e da Itália, técnica que recomendava o ensino partindo do fonema isolado para chegar gradualmente à frase, através da sílaba e do vocábulo, o novo professor preferia basear o ensino da língua na frase, embora na frase simplesmente escrita. Realmente, já naquele tempo a linguística psicológica tinha assentado que "a unidade natural da linguagem não é, como se julgava antes, a palavra, e, sim, a frase".

Começando a ensinar a língua pela leitura e pela escrita global, o professor Jucá revelou-se um precursor, como também já o fora o alemão Constantino Malisch, de Ratisbon, do método que trinta anos mais tarde haveria de



Sala de estar dos alunos



SERVIÇO OTO-RINO-LARINGOLÓGICO — O Dr. Henrique Mercaldo examinando uma aluna

ser preconizado por Decroly e Herlin como o mais perfeito da didática da língua aos surdos-mudos. Refiro-me ao chamado "Método belga", atualmente em grande moda na Europa.

A experiência Cândido Jucá deu resultados mais felizes do que a experiência Meneses Vieira, em parte talvez por ter sido mais homogêneo o material humano utilizado.

Ou tendo em vista os frutos dessa segunda feliz tentativa, ou por motivo que desconheço, o certo é que resolreu o Governo, em 1911, extender a aplicação do método oral a todos os alunos. De fato, o regulamento anexo ao decreto n. 9.198, de 12 de dezembro de 1911, prescrevia no seu art. 9: "O método oral puro será o adotado no ensino de todas as disciplinas".

Já no ano seguinte começou-se a cumprir a disposição do novo regulamento; todos os alunos entrados nesse ano foram submetidos ao ensino oral, sem nenhuma seleção prévia.

Durou essa experiência três anos completos. Em fins de 1914 os professores e o então diretor, Dr. Custódio Martins, convencidos do fracasso da tentativa, pediram ao Governo o retorno ao plano pedagógico anterior. Tra-

tando desse assunto, dizia o Dr. Martins no seu relatório de 1914:

"A prática demonstra o que era já em outros estabelecimentos da Europa e dos Estados Unidos conhecido. Os surdos-mudos são aptos para aprenderem a linguagem articulada até a idade de 7 anos. Esta capacidade vai diminuindo gradualmente à medida que o aluno vai crescendo, de modo que aos 9 e 10 anos, a percentagem dos aptos é muito diminuta. Neste ano verificou-se uma percentagem muito pequena nos alunos aptos a tirarem proveito do ensino oral, talvez menos de 10%.

E' pois necessário que V. Excia. reforme o regulamento deste Instituto, permitindo a entrada dos alunos de 6 a 10 anos no máximo, entrada esta que só é permitida no regulamento em vigor aos alunos de 9 a 14 anos.

Parece de toda conveniência ao ensino que as quatro cadeiras de língua portuguesa sejam divididas, de modo a ficar duas cadeiras para o ensino de linguagem articulada, sistema oral puro, e duas cadeiras de linguagem escrita".

Não foram ouvidas pelo Governo as acertadas ponderações do Dr. Custodio Martins acerca da inadiável conveniência de baixar para seis anos a idade mínima de

matrícula, nem tão pouco sobre a outra medida pleiteada...

O caso, porém, é que, não sei se mediante ordem verbal do então ministro, voltou tudo à situação anterior. O ensino oral continuou apenas destinado a um pequeno número de alunos aptos.

*
* *
*

Um dos primeiros atos do atual diretor do Instituto, procurando justamente atender ao maior desenvolvimento do ensino da palavra articulada, foi pleitear o que o seu antecessor havia solicitado em 1914. Teve mais sorte, pois o decreto n. 19.606, de 19 de janeiro de 1931, baixou para sete anos o limite mínimo da matrícula. Todavia, os candidatos dessa idade não se apresentariam facilmente. E nem o número de docentes, então bastante reduzido em comparação sobretudo com a matrícula, que ia crescendo muito, permitiria a aplicação imediata do ensino oral a um mais considerável número de educandos. Isso se faria, entretanto, com o correr do tempo. Atualmente, após as longas interrupções ocasionadas pela ampla remodelação de todas instalações do estabelecimento, estão funcionando cinco classes de ensino oral, além da classe destinada ao ensino auricular. Em uma dessas classes, justamente naquela composta de alunos entrados em 1942, e todos entre sete e dez anos de idade, estamos empre-

gando, com a melhor técnica possível, o método belga a que atrás me referi.

As possibilidades do ensino oral no nosso Instituto dependem, em grande parte, do progresso geral da cultura intelectual e material do país. Os surdos-mudos brasileiros, cujo número atual e cuja distribuição pelo nosso território ainda não conhecemos com precisão, vivem na sua maioria espalhados pelo interior e pertencem a famílias econômica e culturalmente mal aquinhoadas. Frequentemente os pais de uma criança surda só veem a saber que é possível dar-lhe educação adequada quando a mesma já tem 10,12, ou 14 anos. E' ainda possível enviá-la ao Instituto, onde fará o aprendizado de uma profissão manual, que a tornará um cidadão útil, e ser-lhe-á ainda possível adquirir algum conhecimento da nossa língua, mas só pelos métodos silenciosos, só no seu aspecto gráfico. O ensino oral seria infrutífero em tais casos. E a idade predominante dos candidatos à matrícula provenientes do interior é entre 10 e 12 anos. Vê-se, pois, que é um problema que só a propagação da instrução e de certo bem estar econômico entre as nossas populações campesinas, o que é uma função também do tempo, poderá resolver satisfatoriamente.

Entretanto, as famílias de surdos residentes no Rio ou nas cidades mais próximas, já vêm tendo conhecimento das possibilidades educacionais relativas a seus filhos na-



Oficina de corte, costura e bordado



OFICINA DE SAPATARIA — Aprendizes trabalhando na montagem de calçado

quelas condições, já conhecem mesmo as vantagens da sua educação, já sabem procurar o Instituto em tempo oportuno. Para estes, desde que as suas condições psíquicas sejam normais, o método oral está naturalmente indicado.

Com a diminuição da idade de matrícula para sete anos já se removeu um dos mais sérios obstáculos ao bom êxito do ensino oral no nosso Instituto, e essa medida será mais tarde completada com a criação de um jardim de infância, onde os pequeninos surdos poderão ingressar aos três anos. Aí se lhes dará uma educação preparatória intelectual, sensorial e motora.

A admissão de alunos depois dos dez anos de idade, inconveniente que tão cedo o Instituto não poderá evitar, acarreta ainda grave prejuízo para a perfeita aplicação do método oral.

E' que os surdos-mudos ainda não iniciados no conhecimento da nossa língua comum antes dos dez anos, já possuem um esboço de linguagem mímica mais ou menos organizado. Essa mímica rudimentar tende naturalmente a desenvolver-se e até a sistematizar-se quando o surdo que a possue ingressa em um ambiente mímico como o do Instituto, de cujo meio escolar não foi possível até agora banir inteiramente a linguagem dos gestos. E esta linguagem, criando esquemas expressivos bastante diferentes dos empregados na nossa língua, perturba extraordinariamente a aquisição desta última. Dois pequenos exemplos ilustrarão estes assertos. Para exprimir vôo e asa existe apenas um "sinal", que consiste em agitar as mãos abertas imitando o movimento de voar. Daí o escrever um surdo bilingue (mímica-português): "a borboleta tem voo" em vez de a "borboleta tem asas". O sinal de pronome

é o mesmo de substituir, substituição, etc., isto é: — colocar verticalmente em cima de uma mão fechada a outra mão também fechada e com o polegar para cima. Pois tenho no meu arquivo este espécime verdadeiramente bizarro: "Eu peço ao senhor para pronome trabalhar na encadernação para ganhar dinheiro". Ele desejava dizer, aliás com certa confusão entre ativo e passivo, que queria ser substituído, ou melhor transferido da oficina onde trabalhava para a de encadernação... A mímica é e foi sempre o inimigo universal das línguas vernáculas. Na luta contra ela o nosso Instituto terá de terçar armas ainda por algum tempo.

*
* *
*

Referi-me há pouco a críticas desfechadas contra o método oral. Essas críticas são de vários gêneros e a algumas não é possível negar certo fundamento. A mais séria delas consiste em afirmar que os resultados obtidos com o método oral não correspondem ao tempo nem ao dinheiro gastos na sua aplicação. O vocabulário do surdo-falante, dizem, é sempre restrito, a sua sintaxe claudicante, a pronúncia pouco comprehensível, a sua capacidade de ler nos lábios, limitada a determinadas pessoas.

Na verdade, porém, todos esses defeitos podem ser sanados e já teem sido removidos pelas novas condições do ensino, pelas técnicas mais aperfeiçoadas, pelos novos recursos que algumas ciências nos oferecem. O aumento do tempo destinado ao aprendizado da língua proporciona certamente oportunidade para o aumento do vocabulário e para um trabalho mais lento e mais eficiente de cultivo

da sintaxe. A leitura labial global iniciada em tenra idade, como recomendam os teoristas do método belga, dá ao surdo normalmente inteligente extraordinária capacidade de interpretação do falar alheio. Os processos da fonética experimental asseguram, em casos às vezes complicados, a correção de defeitos de pronúncia.

Os resultados colhidos com a aplicação criteriosa do método oral desmentem, em grande parte, o pessimismo e a má vontade daquelas críticas. Aqui vai uma pequena amostra do grau de desenvolvimento linguístico atingido por um surdo de nascença, que conseguiu até aprender a metrificar:

Dim! Dem! Dom! cantam os sinos,
No alto das torres soberbas,
Anunciando aos povos fieis
O nascimento de Cristo.

“Nasceu o Menino Jesus!”
Anunciam mães cristãs
Aos seus amados filhinhos
Que, ligeiros, vão beijá-lo.

“Oh! Que guerra malfadada,
Que tira os mimos do lar!”
Nas trincheiras encharcadas
Exclama a tropa infeliz.

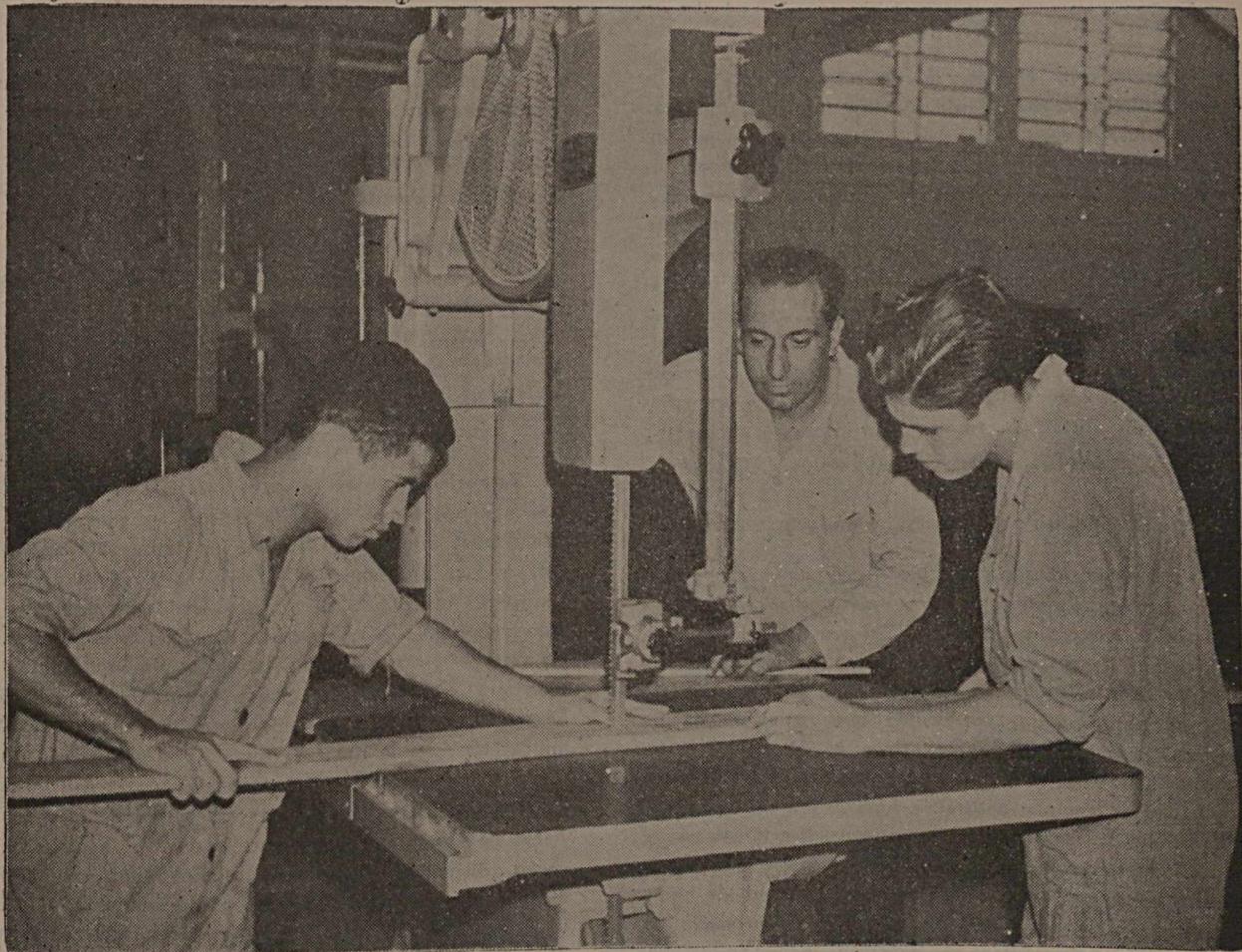
Lembremo-nos destes bravos
Que ainda lutam pela Pátria,
Durante as nossas frequentes
E piedosas orações...

Esses versinhos ingênuos e simples, corretos na gramática e na métrica, são do jovem surdo-falante Vicente de Paulo Penido Burnier, quando aluno do curso secundário do Seminário de Juiz de Fora. Trata-se, é verdade, de um surdo de *elite*, excepcionalmente bem dotado e que começou a estudar aos quatro anos de idade. Mas o exemplo serve para indicar quão extensas são as possibilidades do método oral. Preferi citar um caso brasileiro e é claro que na Europa e nos Estados Unidos não faltariam exemplos semelhantes...

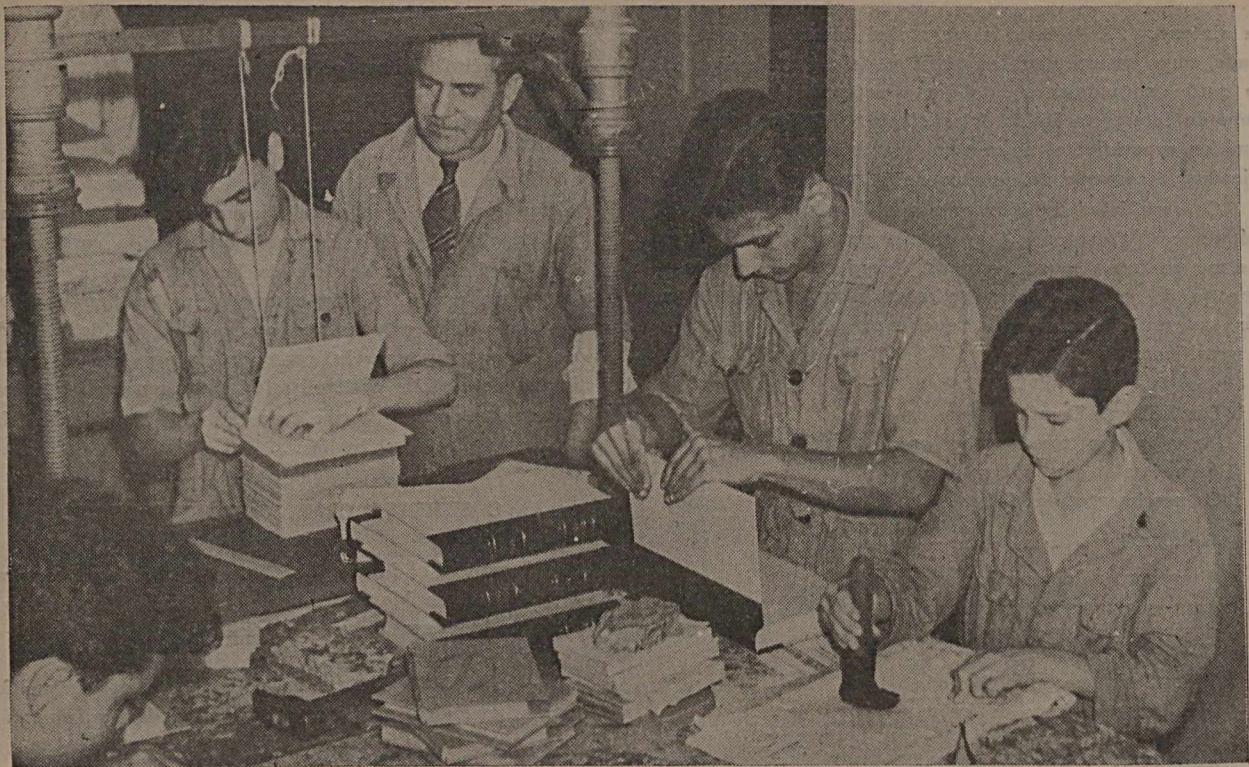
O SERVIÇO CLÍNICO DO INSTITUTO

A propósito do Serviço Clínico do Instituto, ouvimos o Dr. Henrique Mercaldo, chefe da Clínica Oto-rino-laringológica, que nos disse o seguinte:

— Até 1931 não existia no Instituto o Serviço Oto-rino-laringológico, o que constituia, sem dúvida, uma falta realmente aberrante, falta semelhante, digamos, a de uma maternidade onde não houvesse serviço obstétrico... As



OFICINA DE MARCENARIA — Aprendizes trabalhando numa serra de fita



OFICINA DE ENCADERNAÇÃO E DOURAÇÃO — *Aprendizes em trabalhos de encadernação*

sim pensando, com segurança e conhecimento de causa, o seu atual diretor cogitou desde sua fase inicial, reorganizadora dos serviços e de modernização do estabelecimento, da sua instalação indispensável. Fundado naquele ano, iniciamos desde logo as atividades que lhe eram inerentes, procurando — é óbvio dizê-lo — uma orientação que fosse realmente útil. Era evidente, para tanto, que deveríamos partir da idéia fundamental do estudo de quanto se relacionasse com o ouvido anormal, incluindo, igualmente, aí, os órgãos correlatos — garganta e nariz. Assim, inicialmente, deveríamos, para ser métódicos, proceder ao exame objetivo desses órgãos. Infelizmente surgia logo um grande obstáculo, difícil de transpor no primeiro momento.

— Obstáculo? — dissemos admirados. Como?

E o Dr. Mercaldo, continuou, quase sem interrupção:

— Sim, um grande obstáculo — não possuímos nem mesmo o mínimo indispensável a essas necessidades! Depois, aos poucos, graças ao grande esforço do diretor Paiva de Lacerda, fomos instalando um modesto gabinete da especialidade. Embora muito deficiente em sua primeira fase, ia, ainda assim, permitindo que realizássemos no país os primeiros estudos, relativos às alterações patológicas do ouvido, na surdo-mudez. Certo, eles estavam condicionados, como é natural, a uma esfera muito sóbria, pois sofriam as contingências inevitáveis, das idéias novas, no período básico da evolução. Mais tarde, entretanto, prosseguindo, sem amortecimento, nessa ordem de preocupações e à medida que o gabinete se enriquecia de aparelhagem mais vultosa e moderna, percebemos che-

gado o momento de elaborar um programa de estudos mais amplo, que a oportunidade já ia comportando.

— E esse programa?

Vou esquematizá-lo:

- Exame objetivo do ouvido e anexos.
- Pesquisa pormenorizada das alterações patológicas do ouvido e da etiologia da surdo-mudez.
- Busca, dos resíduos auditivos.
- Registo, na ficha, dos resultados obtidos e da etiologia individual e, no gráfico apropriado, da curva dos resíduos encontrados.

Estabelecida deste modo a diretriz, procuramos executá-la e não temos razão de censura na consciência. As dificuldades iam sendo vencidas gradativamente e à medida que se apresentavam. Assim, na busca dos resíduos auditivos, utilizamos de início, exclusivamente, o método clássico. Mas esse método, que prestara outrora bons serviços como degrau incipiente de uma grande escada em construção, já não satisfazia, por antiquado. Visando sempre idéias mais novas, pudemos, em 1939, marcar um grande passo à frente, com a aquisição do esplêndido audiômetro que hoje possuímos. Era bastante já, mas não se parou aí. Graças às providências do Dr. Armando Lacerda, e aos recursos que lhe facultou o Governo, dispúnhamos também, tempos após, da "câmara à prova de ruído", complemento indispensável para pesquisa perfeita de resíduos auditivos, principalmente quando se possam considerá-los como importantes.

— Por que é mais valiosa neste caso?

— E' que possuindo "resíduos importantes" o ouvido percebe também a multidão de rumores que o circundam, numa sala comum, e isto — é evidente — vem perturbar a pesquisa dos sons básicos, que se procura saber se o paciente está ouvindo.

— De modo que dentro dessa "câmara" nada se ouve do que vai por fora?

— Absolutamente nada, afirmou-nos o Dr. Mercaldo, e deste modo o resultado obtido nela merece a mais completa confiança. Agora, senhor redator, devo dizer-lhe que a preocupação terapêutica — verdadeira finalidade da medicina — não foi relegada a um plano desvalioso, secundário. Acompanhou-nos sempre e, guiados pela experiência que íamos adquirindo, julgamos de bom alvitre dar-lhe a seguinte constituição:

Cirúrgica — correção das anomalias que pudessem prejudicar, ou que se tornassem ameaçadoras para o ouvido.

Medicamentosa — frequente nos casos específicos, mas não circunscritos a eles.

Fisioterápica — que tem sua maior projeção nos exercícios acústicos. Certo, o conjunto desse programa que nos traçamos não foi, nem poderia ser realizado aoclarar de um dia. Demandou o tempo indispensável; mas foi, e continua sendo, executado com o melhor esforço de que somos capazes.

Indagamos então se chegara a alguma conclusão sobre a causa em que incidia a maior responsabilidade causadora da surdo-mudez.

— Sim, respondeu-nos prontamente. Tenho mesmo nesse sentido duas estatísticas organizadas, uma já publicada em 1936, e outra, atual. Verifica-se em ambas que a etiologia mais frequente é a da heredo-sífilis. Ela só nos apresenta, sobre 324 exames, a percentagem de 38,5%, à qual se pode, provavelmente, adicionar 9,2%, encontrados na consanguinidade, e 4,9% na surdez familiar. Resulta daí a elevação para 52,6%, atribuível ao perigoso parasita. Merece também uma citação especial a meningoite. Concorre, em suas várias formas, com 10,4%, taxa bastante elevada, sem dúvida, mas ainda assim muito longe da porcentagem específica. Os casos restantes — 37% — dividem-se por causas múltiplas mas, todas elas, com repercussão de intensidade maior ou menor sobre os órgãos acústicos, cujas fibras lesam quase invariavelmente.

— De modo que também na surdo-mudez é a sífilis o inimigo mais constante?

— Sim. Diz bem, o mais constante e o que, de certo modo, se pode prevenir, com uma profilaxia intensiva dos genitores, de acordo com os mais recentes conhecimentos da lues.

E, concluindo suas observações, disse-nos o Dr. Mercaldo:

— Levantamos a primeira estatística da etiologia da surdo-mudez no Brasil e, deste modo, vamos, já agora concretamente, conhecendo as verdadeiras causas desse grande mal, maneira única, sem dúvida, de poder diminuí-lo no futuro.

ETIOLOGIA DA SURDO-MUDEZ

Resultado de 324 exames, com a percentagem de cada fator mórbido responsável:

Heredo-lues.	125	38,5%
Etiologia obscura	46	14,1%
Consanguinidade.	30	9,2%
Meningite de várias formas	24	7,4%
Surdez familiar	16	4,9%
Distrofia alcoólica	16	4,9%
Surdez traumática.	16	4,9%
Sarampo.	13	4%
Meningite cérebro-espinal	10	3%
Tifo.	5	1,5%
Otite média purulenta	4	1,2%
Nevrite toxo-infeciosa dos acústicos.	3	0,9%
Paratifo.	3	0,9%
Pneumonia.	2	0,6%
Difteria.	2	0,6%
Heine-Medin.	2	0,6%
Gripe.	2	0,6%
Parotidite.	1	0,3%
Impaludismo.	1	0,3%
Intoxicação medicamentosa	1	0,3%
Lesão operatória	1	0,3%
Hemorragia cerebral	1	0,3%

ENSINO PROFISSIONAL

Em 1930, dispunha o Instituto apenas da oficina de encadernação e douração, porque a oficina de sapataria também existente naquela época era muito rudimentar.

Em 1932, pelo decreto n. 21.069, de 20 de fevereiro, o ensino profissional foi ampliado, mediante a criação de duas novas secções profissionais: a de trabalhos em madeira e a de costura e bordado (externato feminino), sendo ainda ampliada a oficina de sapataria que passou a constituir a secção de trabalhos em couro. Efetivamente, a partir de 1932, melhoraram consideravelmente as condições do ensino profissional mediante a ampliação das antigas oficinas e as novas instalações destinadas às oficinas de marcenaria e entalhação, e de costura e bordado. A secção de encadernação e douração também foi melhorada com a instalação das máquinas que recebeu da extinta oficina da Biblioteca Nacional.

O ensino profissional que, em 1933, adotou o sistema do rodízio para melhor estudo das aptidões dos alunos, foi definitivamente reorganizado em 1935, com a instituição do curso pre-vocacional, permitindo mais demorada e perfeita observação das qualidades vocacionais dos alunos.

A experiência demonstrou a necessidade da dilatação do prazo estabelecido para o rodízio, o qual passou assim a preencher um período de três anos ao invés de um apenas. Rodízio e observação cuidadosa dos alunos nas secções profissionais, constituindo o curso pre-vocacional, isto é, o estudo das aptidões reveladas na execução dos trabalhos das oficinas, indicando posterior e racional fixação em uma delas. Esta fixação passou a ser feita a partir do quarto ano, consoante o aproveitamento demonstrado, percorrendo o aluno neste novo estágio as diferentes oficinas subordinadas a cada secção. Há, assim, como que

uma fixação prévia na secção para a qual foi designado o aluno, uma vez esboçada a sua vocação. Somente ao atingir o sexto ano é, então, definitivamente mantido numa das oficinas que frequenta, penetrando desse modo no curso de especialização. Por sua vez, este curso poderá ser prorrogado por mais dois anos, como prêmio destinado aos alunos que revelarem condições excepcionais de aproveitamento, constituindo o período de aperfeiçoamento. O plano de reorganização ora descrito torna-se sobremaneira vantajoso, não só porque permite mais demorada e perfeita observação das qualidades vocacionais, como ainda pela circunstância de favorecer uma fixação que forneça ao aluno os conhecimentos gerais do ofício a abraçar e os daquele ramo em que se queira especializar.

O plano continuou em vigor, com ótimos resultados, nos anos de 1936 e 1937. Em 1938, o Instituto não funcionou, devido às obras. Em 1939, o rodízio passou a ser feito semanalmente para melhor observação do aluno. Ainda nesse ano, foram introduzidas diversas modificações nos cursos de desenho e de trabalhos manuais do ensino aplicado, após os estudos de coordenação realizados pelo professor Angelo Wanderley com a finalidade de se obter melhor articulação desse ensino com o profissional.

Em 1940 e 1941, o Instituto deixou novamente de funcionar afim de permitir que fossem concluídas as obras anteriormente iniciadas.

No corrente ano, foi adotado novo critério, de conformidade com a legislação em vigor, não permitindo a admissão no curso profissional dos alunos menores de 10 anos, aos quais foram destinadas as aulas de trabalhos manuais, que já tiveram início.

Aliás, essa medida foi incluída num dos dispositivos do projeto de regimento que só permite a matrícula nos cursos profissionais dos alunos que tiverem completado dez anos de idade.

Em 1933, foi restabelecida a concessão de percentagens aos alunos, extraídas da renda das oficinas, medida essa que o antigo regulamento previa. A partir dessa data, tem o Instituto recolhido à Caixa Econômica, em cédulas nominais, as importâncias correspondentes às percentagens sobre o valor dos trabalhos executados pelos alunos nas diversas secções profissionais.

A BIBLIOTECA DO INSTITUTO

A biblioteca do Instituto consta presentemente de duas secções:

- I — Biblioteca escolar;
- II — Biblioteca especial.

A biblioteca escolar, inaugurada há poucos dias, já possue 179 volumes de literatura infantil e livros didáticos, para recreação espiritual e estudo dos alunos.

A biblioteca especial, iniciada ainda na administração Tobias Leite, consta atualmente de 1.001 volumes, avaliados em cerca de dezoito contos de réis, e compreendendo livros e revistas sobre pedagogia e didática especializada de surdos-mudos. Dentre esses volumes figuram algumas obras raras, tais como a famosa *Institution des sourdes et muets par la voie des signes Méthodiques*, da lavra do abade de L'Epée, publicado em Paris em 1776; *Cours d'Éducation des sourds et muets*, do abade Des-

champs, vindo a lume em 1779; a *Escuela Española de Sordomudos*, do jesuíta Hervas y Panduro, publicada em Madrid em 1795. Possue tambem a biblioteca do Instituto uma valiosa coleção dos *American Annals of the Deaf*, desde o primeiro número saído em 1847.

AS OBRAS DE REMODELAÇÃO DO INSTITUTO

Em fins de 1937, entrou o Instituto numa fase de obras e reforma das suas instalações, com ampliação e remodelação do edifício, construção de pavilhões e transformação de várias dependências.

Em virtude dessas obras, teve o Instituto necessidade de interromper os trabalhos escolares, conservando, porém, o Serviço Médico e algumas Oficinas em funcionamento, com reduzido número de alunos.

Em maio deste ano, tendo as obras entrado na sua fase final, o estabelecimento voltou ao pleno funcionamento, dispondo de novas instalações e dotado do mais moderno equipamento exigido pela técnica moderna.

A capacidade escolar foi consideravelmente elevada, permitindo atualmente a matrícula de 200 alunos internos, afora a possibilidade de admissão de alunos semi-internos e externos, neste número compreendidos os do sexo feminino.

As obras, que introduziram notáveis melhoramentos no educandário, compreenderam a construção de novos edifícios e a reforma das dependências da antiga sede.

NOVOS EDIFÍCIOS

Foi construído um amplo pavilhão para as secções profissionais de trabalho em madeira e em couro, as quais receberam também maquinária nova e de primeira ordem. A secção de madeira foi enriquecida da oficina de entalhação, e a secção de couro, da oficina de fabrico de calçado.

Construiu-se um edifício especial para o ginásio, que pode ser considerado um dos melhores da cidade, estando dotado de completo aparelhamento para a educação física dos alunos.

Outro pavilhão destina-se a recreios cobertos para a prática de jogos em dias de chuva, permitindo ainda a separação de alunos maiores e menores e limitando dois pátios para as atividades de caráter recreativo, com *rinks* de patinação, etc.

Alem disso, estão sendo concluídos um campo de esportes e um outro de tênis.

Também foi construído um edifício para o almoxarifado, depósito de madeira e exposição permanente dos trabalhos profissionais.

Foram igualmente construídas casas residenciais para os servidores obrigados pelo regulamento a moradia na sede do Instituto, devendo ser iniciada em pouco a construção de mais duas.

REFORMA DO EDIFÍCIO PRINCIPAL

Alem das construções já referidas, as dependências do antigo edifício foram transformadas e ampliadas.

Novas e modernas salas de aula foram construídas nas duas alas do edifício e acrescidas às já existentes da secção escolar.

Construiu-se uma sala de espetáculos e projeções com capacidade para 400 espectadores, dispondo de aparelhagem cinematográfica e onde podem ser realizadas representações teatrais.

No programa de melhoramentos por que passou o edifício não foi esquecida a oficina de corte, costura e bordado da secção feminina, cujo equipamento foi igualmente aumentado e modernizado.

No terceiro pavimento as obras de ampliação dos dormitórios permitiram duplicar a sua antiga capacidade e separar os alunos maiores dos menores, mediante a construção de um passadiço ligando as duas alas dos fundos do edifício.

No mesmo pavimento foram construídos banheiros e foi reformada a rouparia. Aí também foi confortavelmente instalada a sala de leitura e biblioteca dos alunos.

No segundo pavimento, as dependências da ala esquerda constituem hoje o departamento clínico. Foram aparelhadas salas para cirurgia especializada e exames otorrino-laringológicos, dispondo ainda o serviço de sala de curativos, de enfermaria, gabinete de fisioterapia, consultório médico, dum pequeno laboratório de análises clínicas e dum novo gabinete dentário.

Acha-se também concluída uma "câmara à prova de som", munida da aparelhagem técnica para a realização das pesquisas acumétricas e principalmente audiométricas.

Cogitando-se da instalação de um verdadeiro departamento de pesquisas médicas e pedagógicas relacionadas com as finalidades do Instituto, já dispõe este de parte do equipamento técnico, como o que se destina à instalação do gabinete de fonética experimental, para a realização de uma série de experiências de caráter científico para o aperfeiçoamento dos processos educativos vigentes.

Destacam-se, nessa série de melhoramentos, os custosos aparelhos adquiridos para o tratamento e a educação dos surdos mudos.

O equipamento escolar foi muito melhorado com a aquisição de aparelhos de projeção, máquinas de escrever, mimeógrafos, baterias para testes psicológicos e demais material de aplicação ao ensino do surdo mudo, adquirido aqui e no estrangeiro.

Nas salas de aulas destinadas ao ensino auricular foram instalados os mais aperfeiçoados aparelhos de amplificação e gravação do som, por meio dos quais se ensina aos alunos portadores de resíduos auditivos aproveitáveis.

Alem disso, procedeu-se à reforma das instalações de todas as dependências do estabelecimento, como o refeitório, que foi ampliado, e a dispensa, copa e cozinha, completamente remodeladas.

Uma rede de telefone interno, ligando as principais dependências do Instituto, foi igualmente instalada.

Em todas essas obras e melhoramentos foram gastos cerca de três mil contos, obtidos em parte dos recursos advindos do antigo patrimônio do estabelecimento.

LEGISLAÇÃO RELATIVA AO INSTITUTO NACIONAL DE SURDOS-MUDOS

Lei n. 939, de 26 de setembro de 1857, que, no parágrafo 10 do artigo 16, consigna a quantia de 5.000\$00 para cada um dos dez alunos que o Governo Imperial podia mandar admitir no Instituto de Surdos-Mudos.

Decreto n. 4.046, de 19 de dezembro de 1867, que dá regulamento provisório ao Instituto dos Surdos-Mudos.

Portaria de 26 de maio de 1868, que aprova o regimento interno do Instituto.

Aviso de 4 de novembro de 1868, que autoriza a criação do patrimônio do Instituto.

Decreto n. 5.435, de 15 de outubro de 1.873, que dá regulamento ao Instituto de Surdos-Mudos.

Aviso de 31 de janeiro de 1877, que autoriza ao diretor do Instituto a nomear interinamente os repetidores.

Aviso de 1.º de fevereiro de 1877, que aprova o regimento interno do Instituto.

Decreto n. 2.771, de 29 de setembro de 1877, que cria os patrimônios dos Institutos Benjamin Constant e de Surdos-Mudos.

Decreto n. 6.760, de 1.º de dezembro de 1877, que cria o Conselho Administrativo do Patrimônio dos Institutos dos Surdos-Mudos e Imperial dos Meninos Cegos (Benjamin Constant).

Aviso de 5 de fevereiro de 1881, que aprova as alterações feitas no regimento interno do Instituto.

Aviso de 15 de fevereiro de 1882, que manda vender as obras feitas nas oficinas do Instituto que não foram pagas dentro de um ano.

Aviso de 9 de fevereiro de 1883, que encarrega o professor do Instituto, Dr. Joaquim José de Menezes Vieira, de ensaiar o ensino da linguagem articulada, bem como de reger um curso normal destinado a formar professores de surdos mudos.

Portaria de 4 de janeiro de 1884, que dá instruções para realização do concurso para professor de linguagem escrita do 1.º e 2.º anos.

Aviso de 26 de dezembro de 1889, que determina que só sejam matriculados na aula de linguagem articulada os surdos mudos que estiverem em condições de receber com proveito o ensino.

Aviso de 29 de janeiro de 1890, que fixa o ano letivo do Instituto de 1.º de março a 30 de novembro.

Decreto n. 1.863, de 30 de outubro de 1894, que torna extensivo aos professores e adjuntos do Instituto Nacional de Música e aos professores e repetidores do Instituto de Surdos Mudos o direito concedido aos lentes e professores dos Institutos de Ensino Superior pelo art. 27 do decreto n. 1.159, de 3 de dezembro de 1892.

Decreto n. 1.210, de 13 de janeiro de 1893, que torna extensivos aos professores dos Institutos Benjamin Constant e dos Surdos Mudos as vantagens concedidas ao pessoal docente do Ginásio Nacional.

Decreto n. 3.964, de 23 de março de 1901, que dá novo regulamento ao Instituto.

Decreto n. 1.299, de 19 de dezembro de 1904, que fixa os vencimentos dos professores e repetidores dos Institutos Benjamin Constant e Nacional de Surdos Mudos.

Decreto n. 6.892, de 19 de março de 1908, que dá novo regulamento ao Instituto.

Decreto n. 7.271, de 31 de dezembro de 1908, que organiza um Conselho Administrativo especial para a ad-

ministração dos patrimônios dos Institutos Benjamin Constant, Surdos Mudos, Ginásio Nacional (Pedro II) e Hospital Nacional de Alienados. Tal decreto eleva a 3.000:000\$0 os patrimônios dos dois primeiros Institutos.

Portaria de 18 de fevereiro de 1909, que aprova o regimento interno do Instituto.

Decreto n. 9.918, de 12 de dezembro de 1911, que dá novo regulamento ao Instituto.

Decreto n. 9.235, de dezembro de 1911, que regulamenta a administração dos patrimônios dos estabelecimentos a cargo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e eleva os patrimônios de cada estabelecimento a 5.000:000\$0.

Decreto n. 10.210, de 7 de maio de 1913, que suspende a cláusula de inalienabilidade de 1.380 apólices pertencentes ao patrimônio do Instituto, afim de com o produto da sua venda construir um prédio para o mesmo Instituto.

Lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915, (Lei orçamentária), que suprime o lugar de Agente-Tesoureiro e um lugar de repetidor.

Decreto n. 14.288, de 4 de agosto de 1920, que reforma o decreto n. 9.235, de dezembro de 1911.

Decreto n. 15.044, de 20 de setembro de 1921, que suprime uma cadeira de linguagem Articulada.

Decreto n. 15.054, de 19 de dezembro de 1921, que suprime um lugar de repetidor.

Decreto n. 16.782, de 13 de janeiro de 1925, que no seu artigo 28 coloca o Instituto de Surdos Mudos e o Instituto Benjamin Constant na classe Estabelecimentos de Ensino Profissional.

O *Diário Oficial* de 5 de maio de 1931, que transcreve o of. n. 568, de 4 de maio do mesmo ano, em virtude do qual foram designados o otologista e o tesoureiro, conforme proposta constante do ofício de n. 34 de 20 de fevereiro de 1931, do diretor do Instituto.

Decreto n. 19.516, de 22 de dezembro de 1931, que extingue o Conselho Administrativo de administração dos Patrimônios a cargo do Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto n. 19.606, de 19 de janeiro de 1931, que altera o parágrafo 1º do art. 63, do decreto n. 9.198, de

12 de outubro de 1911. Modifica a entrada de alunos com a idade de mais de 7 e inferior a 13 anos.

Decreto n. 19.716, de 19 de fevereiro de 1931, que regula a aplicação da renda do Departamento Nacional de Ensino, dos Estabelecimentos que lhe estão subordinados.

Aviso n. 852, de 30 de abril de 1931, autorizando o diretor do Instituto a movimentar a Conta Patrimonial.

Decreto n. 20.995, de 25 de janeiro de 1932, que dispõe sobre a alienação das apólices pertencentes aos Patrimônios dos estabelecimentos a cargo do Ministério da Educação e Saúde.

Decreto n. 21.040, de 12 de fevereiro de 1932, que suprime o lugar de médico do Instituto Nacional de Surdos Mudos.

Decreto n. 21.069, de 20 de fevereiro de 1932, que autoriza o Ministro da Educação e Saúde a reorganizar os Institutos Benjamin Constant e Nacional de Surdos Mudos, fixa o quadro do pessoal desses estabelecimentos e dá outras providências.

Decreto n. 23.475, de 20 de novembro de 1933, que dispõe sobre as condições para a promoção, ao termo do corrente ano letivo, nos Institutos de Ensino sob a jurisdição do Ministério da Educação.

Decreto n. 24.560, de 3 de julho de 1934, que extingue o Cargo de Tesoureiro do Instituto em virtude da criação da Tesouraria Geral do Ministério da Educação e Saúde.

Decreto n. 24.794, de 14 de julho de 1934, que cria a Inspetoria Geral do Ensino Emendativo no Ministério da Educação e Saúde.

Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, art. 108, que determina a alienação dos títulos disponíveis pertencentes aos Institutos Benjamin Constant (Cegos) e Nacional de Surdos Mudos para remodelação dos seus edifícios.

Art. 38 da lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, que atribui ao Instituto, alem do ensino que lhe é afeto, a função de centro de pesquisas pedagógicas, como órgão colaborador do Instituto Nacional de Pedagogia.

Decreto n. 1.542, de 1 de abril de 1938, que dispõe sobre a alienação dos títulos disponíveis do Instituto Nacional de Surdos Mudos e Benjamin Constant e remodelação de seus edifícios.